

­­­

**Gestão do Ativo Imobilizado**

Soluções Corporativas ISAE

Curta duração - Proposta técnico-comercial nº **XXX/XX**

**ESTRUTURA DA PROPOSTA**

Desenvolver o conteúdo da proposta conforme solicitado abaixo:

**OBJETIVOS**

* Conhecer as novidades e os efeitos contábeis introduzidos pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado e Lei 12.793
* Entender os métodos de reconhecimento e mensuração dos itens do ativo imobilizado
* Compreender a essência de depreciação, seus efeitos patrimoniais e os diferentes métodos utilizados para seu registro
* Entender o conceito de *Impairment,* como deve ser testado e sua aplicação prática
* Entender a diferença entre o arrendamento mercantil e financeiro e seus diferentes efeitos contábeis
* Conhecer os aspectos tributários básicos relacionados ao ICMS, PIS e CONFINS na aquisição de itens do Ativo Imobilizado
* Compreender o funcionamento de controles integrados do Ativo Imobilizado

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Ativo imobilizado e o novo padrão contábil com base nas IFRS no Brasil
   1. CPC 27 – Ativo Imobilizado
      1. Reconhecimento inicial: custos iniciais e subsequentes
      2. Mensuração no reconhecimento: elementos do custo e sua Mensuração
      3. Mensuração após o reconhecimento: método de custo e método de reavaliação
2. Depreciação
   1. Valor depreciável e período de depreciação
   2. Métodos de depreciação e seus reflexos tributários
3. Redução ao valor recuperável de ativos
   1. CPC 01 R1
      1. O que é *Impairment?*
      2. Teste de *Impairment*
      3. ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado do CPC 27 (*Deemed Cost*)
4. Arrendamento mercantil
   1. CPC 06 – Arrendamento mercantil financeiro e operacional
   2. Reflexos tributários da utilização do arrendamento
5. Aspectos tributários do ICMS PIS, COFINS nas aquisições de imobilizado
6. Controles internos integrados à contabilidade
   1. Integrações mais comuns e seus efeitos na contabilidade
7. Escrituração contábil, subcontas, controles para efeitos fiscais e informações para o SPED na ECD e ECF.

**Metodologia**

Aula expositiva com o auxílio de slides com o conteúdo, aplicação de exercícios teóricos e práticos individuais e em grupo, leitura de artigos e exibição de vídeos. Interação com os alunos por meio de exemplos práticos.

**RESULTADOS ESPERADOS**

* Entendimento da aplicação e efeitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado na contabilidade das cooperativas
* Conhecimento do conceito e aplicação do *Impairment* nas entidades cooperativas
* Aprendizado do significado da depreciação e dos efeitos da determinação de seu método
* Conhecimento das funções integradas de gestão do Ativo Imobilizado em ERP (*Enterprise Resource Planning*)
* Distinção de um arrendamento mercantil de um arrendamento financeiro e seus diferentes efeitos contábeis
* Conhecimento dos aspectos tributários básicos do ICMS, PIS e COFINS na aquisição do Ativo Imobilizado

**ASPECTOS GERAIS**

**Carga horária**

O programa terá um total de **16 horas**

**Público alvo**

Contadores, administradores e outros profissionais envolvidos no gerenciamento e controle patrimonial das cooperativas do estado do PR

**DOCENTE**

Mestrando em Administração pela Fundação Pedro Leopoldo e especialista em Controladoria, Direito Tributário e MBA em Contabilidade Digital. Profissional registrado no Conselho Regional de Contabilidade de MG – CRC/MG. Professor de cursos de graduação no UFSJ como substituto. Experiência executiva em auditoria externa pela ICL e T&A Auditores Independentes, Controller, Gerente Contabil.

**RESULTADOS ESPERADOS**

Entendimento da aplicação e efeitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado na contabilidade das cooperativas

Conhecimento do conceito e aplicação do Impairment nas entidades cooperativas

Aprendizado do significado da depreciação e dos efeitos da determinação de seu método

Conhecimento das funções integradas de gestão do Ativo Imobilizado em ERP (Enterprise Resource Planning)

Distinção de um arrendamento mercantil de um arrendamento financeiro e seus diferentes efeitos contábeis

Conhecimento dos aspectos tributários básicos do ICMS, PIS e COFINS na aquisição do Ativo Imobilizado

**Algumas considerações:**

Consideramos relevante no conteúdo programático um tópico para tratar da escrituração contábil, subcontas, controles para efeitos fiscais e informações para o SPED na ECD e ECF.

# **Referências**

Martins, E., Gelbcke, E. R., Santos, A. d., & Iudícibus, S. d. (2013). Ativo Imobilizado. Em *Manueal de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC* (2 ed., pp. 275-315). São Paulo: Editora Atlas.

Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade. (março de 2016). Acesso em junho de 2016, disponível em http://www.crcrs.org.br

Rodrigues, A. I. (2012). Teste de Rcuperabilidade do Valor de Ativos - Impairment. Em J. M. Silva, D. Yamashita, & B. R. Yamashita, *Prática Tributária nas Empresas: analise de questões tributárias e contábeis atuais e relevantes* (pp. 250-295). São Paulo: Editora Atlas.

Santos, E. S. (Agosto de 1998). Objetividade x relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar? *Caderno de Estudos, 18*. Acesso em junho de 2016, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-92511998000200001

Schmidt, P., & Santos, J. L. (abril de 2012). Cronologia da normatização das demonstrações contábeis no Brasil: do Código Comercial Brasileiro de 1850 ao pronunciamento 26 do CPC de 2009. *Artigo apresentado no 2º Congreso Transatlántico de Contabilidad, Auditoria, Control de Gestión - Iseor -Lyon - França - 2010.*, 27-35. doi:10.4025/enfoque.v31i1.15233

Silva, J. M. (2012). Revisão de Taxas de Depreciação e do Valor de Bens, segundo os Novos Critérios Contábeis (Leis nº 11638/07 e 11941/09). Em J. M. Silva, D. Yamashita, B. R. Yamashita, & A. Rodrigues, *Prática Tributária nas Empresas: análise de questões tributárias e contábeis atuais e relevantes* (pp. 1-22). São Paulo: Editora Atlas.

Stickney, C. P., & Weil, R. L. (2001). Ativos Imobilizados e Intangíveis: Fonte da capacidade operacional da empresa. Em *Contabilidade Financeira: Uma introdução aos conceitos, métodos e usos* (J. E. Santos, Trad., pp. 388-446). São Paulo: Editora Atlas.

**Histórico Contábil**

* Legislação Contábil e Comercial
  + Decreto-Lei 9.295/1946 – cria a profissão contábil
  + Lei 6.404/1976 - Lei das S/A
  + Lei 11.638/2007 - Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76
  + Deliberação CVM 488 de 03/10/2005
  + Resolução CFC 1055/2005 – Criação do CPC
  + Normas Brasileiras Contabilidade
    - NBC TG 01 (R2) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
    - NBC TG 06 (R1) CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil
    - NBC T 10.8 - Entidades Diversas – Cooperativas
      * Atos de cooperados - Receitas = ingressos; despesas = dispêndios
    - NBC T 16.9 e 19.5 - Depreciação, Amortização e Exaustão
    - NBC T 19.6 - Reavaliação de Ativos
    - NBC T 19.17 CPC 12 - Ajuste a Valor Presente
    - NBC TG 13 CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da MP 449/08
    - NBC TG 29 (R1) CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola
    - NBC TG 27 (R2) CPC 27 - Ativo Imobilizado
    - NBC TG 37 (R3) CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais
    - NBC TG 46 (R1) CPC 46 - Mensuração do Valor Justo
    - NBC TG 43 CPC 43 (R1) - Adoção Inicial CPC’s 15 a 41
  + Súmulas e resoluções CFC – aprova NBC’s
  + Normas e Procedimentos de Contabilidade – IBRACON (auditores)
  + Normas do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
  + Estatuto da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006

O desenvolvimento do Brasil, como nação autônoma, teve seu marco inicial após sua independência de Portugal, em 1822. Diante do cenário de nascimento e evolução da sociedade brasileira sobre a normatização das demonstrações contábeis, especialmente focada no Balanço Patrimonial (BP). A primeira normatização contábil brasileira ocorreu com a publicação do 1º Código Comercial Brasileiro (CCB) em 26/06/1850, através da Lei nº 556. Dez anos após o CCB, entrou em vigência a Lei nº 1.083 de 22/08/1860, conhecida como “a primeira Lei das S. A. no Brasil”. O Brasil passou a ter uma Lei das S.A. atualizada, com a publicação da Lei 2.627. Em 1976, o Brasil incorpora as tendências contábeis Norte-Americanas com a nova Lei das S.A.: Lei nº 6.404 de 15/12/1976. A primeira grande alteração dessa Lei ocorreu em 2007, com a Lei no 11.638, de 28/12/2007 a Deliberação CVM 488 de 03/10/2005, contudo, já estabelecia o início do processo de convergência para a adoção dos princípios internacionais. A partir da publicação do CPC1, seguiram-se outros que reestruturaram a Contabilidade Brasileira. Dentre esses Pronunciamentos, o CPC 26 apresenta a estrutura das demonstrações contábeis em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1. Constata-se que durante esse período de mais de um século e meio, especialmente analisando-se o BP, a Contabilidade Brasileira sempre buscou um caminho de atualização e vinculação mundial. (Schmidt & Santos, 2012)

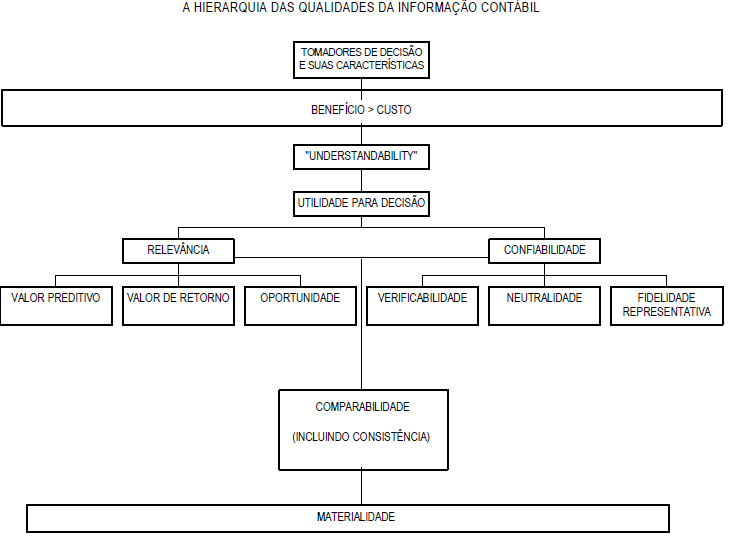
IFRS - International Financial Reporting Standards significa Normas Internacionais de Informação Financeira, tradução para o Português.

IFRS são um conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB - International Accounting Standards Board (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade), que visam uniformizar os procedimentos contábeis e as políticas existentes entre os países, melhorando a estrutura conceitual e proporcionando a mesma interpretação das demonstrações financeiras.

*“Nada mais prático do que uma boa teoria”*

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (**CPC**) foi criado através da Resolução CFC nº 1.055/05 com o objetivo de emitir pronunciamentos técnicos visando a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

**Características Qualitativas da Informação Contábil** (Santos, 1998)



Esse fluxo ressalta, como qualidades principais para se produzir uma informação contábil útil, a relevância e a confiabilidade.

O termo relevância é definido pelo FASB (1990, p.33) como a capacidade de a informação fazer diferença numa decisão, auxiliando o usuário a realizar predições sobre os efeitos de eventos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir expectativas anteriores; portanto, para ser relevante, a informação tem que ser oportuna e ter valor preditivo ou valor de feedback ou ambos.

A confiabilidade de uma mensuração é assegurada pela fidelidade ou exatidão com que ela representa o que se propõe a representar, assegurando ao usuário a inexistência de erros ou viés materiais; portanto, para ser confiável, a informação tem que ter fidelidade representativa e ser verificável e neutra.

Comparabilidade, incluindo consistência, é uma qualidade secundária que interage com a relevância e a confiabilidade para contribuir para a utilidade da informação.

A informação tem ainda que se submeter a duas restrições, mais de caráter quantitativo, quais sejam: gerar benefícios superiores aos custos dispendidos para produzi-la e se submeter aos limites da materialidade.

**Ativo imobilizado e o novo padrão contábil com base nas IFRS no Brasil**

CPC 27 – Ativo Imobilizado

1. Reconhecimento inicial: custos iniciais e subsequentes
2. Mensuração no reconhecimento: elementos do custo e sua Mensuração
3. Mensuração após o reconhecimento: método de custo e método de reavaliação

Lei 6.404/76, art. 179, IV “Os direitos que tenha por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. ” **BENS EM OPERAÇÃO**

Pronunciamento técnico CPC 27, aprovado pela CVM 583/09 e tornado obrigatório pela Resolução CFC 1177/09, define o imobilizado como um ativo tangível, mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadoria ou serviços, **para aluguel a outros**, ou para fins administrativos e que se espera utilizar por mais de um ano.

* Separação;
  + Tangível, não intangível ou corpóreo;
  + Não precisa pertencer a entidade do ponto de vista jurídico, mas provando que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e que o custo do item puder ser mensurado confiavelmente. (Reconhecimento CPC 27, item 7)
  + O período na definição de ativo de um ano. Considerar em função dos balanços do exercício social. Ferramentas de uso inferior a um ano, são considerados despesas. Mas nada impede a empresa alterar para imobilizado, quando o custo afetar significativamente o resultado, divulgação de resultado trimestrais (ITR das S/A’s).
  + CPC 28, propriedade para investimento se dará para o imobilizado (transferida) quando definida sua utilização e iniciada a fase de expansão; Terrenos, edificações etc.
  + Expressão “para aluguéis a outros”, CPC 27 (imobilizado), e “para auferir aluguel”, CPC 28 (investimento). Diferem no emprego de cada um deles com relação a atividade econômica.
  + CPC 01, limitado aos gastos capitalizados à capacidade de o ativo gerar benefícios econômicos futuros para a empresa, isto é, não poderá estar registrado pelo valor superior ao seu valor recuperável, inferior sim. Reconhecimento da perda por valor não recuperável. **Valor específico para a entidade** (**Impairment**)
  + Contabilizados como ativo imobilizado, sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno quando a entidade espera usá-los por mais de um período. Da mesma forma, se puderem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado. (item 8 CPC 27)
  + CPC 22, fatores de segregação (controle interno) nos registros contábil no ativo imobilizado
    - Controle por área geográfica ou local
    - Segregação por segmento econômico
    - Segregação por função ou departamento
    - Necessidades internas e de terceiros
    - Exigências fiscais; Veículo, depreciação de 20% ou 13% ao ano
    - Conceito de unidade de propriedade; Unidade forno, onde a troca de placas, motores seja alocado ao forno específico.
    - Conceito de unidade geradora de caixa
    - Penhor, garantia, aval, plano de manutenção etc.
  + CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, ativo circulante, não cessa a depreciação por ociosidade, somente pela baixa ou transferência para venda.

,

**Objetivos CPC 27 –** o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

**Conceitos e definições**

**Valor contábil** é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

**Custo** é o montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outro recurso dado para adquirir um ativo na data da sua aquisição ou construção, ou ainda, se for o caso, o valor atribuído ao ativo quando inicialmente reconhecido de acordo com as disposições específicas de outros Pronunciamentos, como, por exemplo, o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

**Valor depreciável** é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.

**Depreciação** é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil. A quota de depreciação dedutível na apuração do imposto será determinada mediante a aplicação da taxa anual de depreciação sobre o **custo de aquisição do ativo**. (Art. 57, § 1º da Lei nº 12.973/2014).

**Valor justo** **(*fair value*)** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação **não forçada** entre participantes do mercado (baseada em mercado) na data de mensuração sob condições atuais de mercado, para o ativo não financeiro (imobilizado). (CPC 46 Mensuração do Valor Justo). Pode ser também mensurado pela técnica de valor presente

**Valor recuperável** é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda de um ativo e seu valor em uso (valor específico para a entidade).

**Valor específico para a entidade** (**valor em uso**) é o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera (i) obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou (ii) incorrer para a liquidação de um passivo.

**Valor residual** de um ativo é o valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil

**Perda por redução ao valor recuperável ou perda por desvalorização** é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

**Vida útil** é: (a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou (b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

**Diferença entre vida útil** e **vida econômica dos ativos**. A primeira refere-se à expectativa do prazo de geração de benefícios econômicos para a entidade que detém o controle, riscos e benefícios do ativo e a segunda, à expectativa em relação a todo fluxo esperado de benefícios econômicos a ser gerado ao longo da vida econômica do ativo, independentemente do número de entidades que venham a utilizá-lo.

**Ajuste a Valor** **Presente (AVP - *present value*) CPC 12 –** ajuste para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. Informações requeridas: valor do fluxo futuro (considerando todos os termos e as condições contratados), data do referido fluxo financeiro e taxa de desconto aplicável à transação.

**Unidade geradora de caixa** é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

**Ativos corporativos** são ativos, exceto ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), que contribuem, mesmo que indiretamente, para os fluxos de caixa futuros tanto da unidade geradora de caixa sob revisão quanto de outras unidades geradoras de caixa.

**Despesas de venda ou de baixa** são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado.

**Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa** é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

**Valor em uso** é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

**Reconhecimento**

CPC 27 Item 7. O custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e (b) o custo do item puder ser mensurado confiavelmente.

CPC 27 Item 8. Sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período em conexão com itens do ativo imobilizado

CPC 27 Item 9. Este Pronunciamento não prescreve a unidade de medida para o reconhecimento

CPC 27 Item 10. A entidade avalia segundo esse princípio de reconhecimento todos os seus custos de ativos imobilizados no momento em que eles são incorridos.

Custos Iniciais - incorridos inicialmente para adquirir ou construir um item do ativo imobilizado Custos Subsequentes - incorridos posteriormente para renová-lo, substituir suas partes, ou dar manutenção ao mesmo.

**Aquisição de ativos imobilizados**

O custo de um ativo imobilizado inclui todos os gastos necessários a colocá-lo em condições de prestar serviços à empresa. É a soma de seu preço de fatura, custo de transporte, gastos de instalações e quaisquer outros incorridos antes de ele estar pronto para uso, excluindo os impostos recuperáveis e os descontos eventuais.

**Ativos construídos pela própria empresa**

Ao construir suas próprias edificações ou equipamentos, acumula nessas contas os gastos com mão de obra, materiais e custos indiretos incorridos na fabricação do ativo. As normas contábeis também consideram como custo de construção os juros pagos ( CPC 20 – Custos de Empréstimos) durante a construção, raciocinando que os custos de financiamento constituem um custo tão necessário à construção como os materiais e a mão de obra e representam custos que não incorreriam se não estivesse construído o ativo. OBS: A capitalização dos juros interrompe quando a empresa termina a construção do ativo.

Compõe ainda o custo inicial o valor estimado dos gastos previstos para desmontagem, remoção e restauração do local onde é instalado. Valor residual negativo ou provisão. CPC 16 ou este Pronunciamento são reconhecidas e mensuradas de acordo com o CPC 25 – Provisões e Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Não fazem parte do custo gastos com realocação, ociosidade mesmo que no uso inicial, gastos com abertura de nova instalação ou introdução de novo produto, gastos administrativos e outros custos indiretos (CPC 27 item 19)

**Mensuração do custo**

O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. O pagamento a maior ao fornecedor em decorrência do prazo, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como despesa com juros durante o período, a menos que seja passível de capitalização de acordo com o CPC 20 – Custos de Empréstimos.

**No caso de permuta**, O custo do item do ativo imobilizado é mensurado pelo valor justo a não ser que (a) a operação de permuta não tenha natureza comercial ou (b) o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

O valor justo de um ativo é mensurável de forma confiável: (a) se a variabilidade da faixa de mensuração de valor justo razoável não for significativa ou (b) se as probabilidades de várias estimativas, dentro dessa faixa, puderem ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo. Caso a entidade seja capaz de mensurar com segurança tanto o valor justo do ativo recebido como do ativo cedido, então o valor justo do segundo deve ser usado para mensurar o custo do ativo recebido, a não ser que o valor justo do primeiro seja mais evidente. (Item 26 CPC 27, alterado pela Revisão CPC 03. CPC 46)

O custo de um item do ativo imobilizado mantido por arrendatário por operação de arrendamento mercantil financeiro é determinado de acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil.

**Bens recebidos por doação** – Exemplo, terreno doado por uma prefeitura como incentivo, será contabilizado pelo valor justo a crédito de receita no resultado ou receita diferida se houver obrigações a cumprir ou se forem bens depreciáveis. CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

**Bens incorporados para formação do capital social**

Será integralizado pelo seu valor de avaliação realizados por três peritos ou por empresa especializada, laudo aprovado em assembleia geral.

**Método da reavaliação -** (Item 31 e 34 do CPC 27) se permitido por lei, corresponde ao seu valor justo (é o preço que seria recebido pela venda na data de mensuração) na data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes. (Item 30 **Método do custo e** 31 a 42 do CPC 27). A frequência das reavaliações, também permitidas e determinadas por lei, depende das mudanças dos valores justos do ativo imobilizado que está sendo reavaliado.

**Classificação e conteúdo das contas**

* **BENS EM OPERAÇÃO** (contas devedoras)
  + Terrenos, obras civis, instalações, máquinas e equipamentos, equipamentos de processamento eletrônicos de dados, software, moveis e utensílios, veículos, ferramentas, peças e reposições, benfeitorias em propriedades arrendadas
  + Atividade pecuária – rebanho reprodutor, animais de trabalho
  + Atividade agrícola – culturas permanentes, café, laranja, cana de açúcar
    - Ativos biológicos (animais e vegetais) são valorizados a valor justo e não ao custo.
* **IMOBILIZADO EM ANDAMENTO** 
  + Em andamento (construções, importações de bens do imobilizado, a fornecedores de imobilizado, almoxarifado de materiais para construção de imobilizado)
* **PERDAS ESTIMADAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL**
* **ADOÇÃO INICIAL**
* **DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO** (conta redutora)
  + Depreciação (obras, instalações, maq. e equip., hardware, moveis, veículos, peças de reposição); atividade agrícola e pecuária
  + Amortização (software, benfeitoria em imóveis de terceiros)
  + Depreciação ou amortização (ferramentas)

**Conteúdo das contas**

**Anexo ao Ato Declaratório Executivo Cofis no 20/2016, Manual de Orientação do Leiaute da ECF Atualização: abril de 2016.**

RFB/Subsecretaria de Fiscalização/Coordenação Geral de Fiscalização/Div. de Escrituração Digital Página 847 de 1498

A.1. Planos de Contas Referenciais A.1.1. Lucro Real

A.1.1.1. Contas Patrimoniais A.1.1.1.1. L100A - PJ em Geral

**Código**: Chave da linha. **Ordem:** Ordem de apresentação das linhas.

**Tipo:** S = sintética; A = analítica **Natureza:** 01 = ativo; 02 = Passivo; 03 = Patrimônio Líquido

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CÓDIGO** | **DESCRIÇÃO** | **DT\_INI** | **DT\_FIM** | **TIPO** | **CONTA SUPERIOR** | **NÍVEL** | **NATUREZA** | **ORIENTAÇÕES** |
| **1** | **ATIVO** | **01012014** |  | **S** |  | **1** | **01** |  |
| **1.01** | **ATIVO CIRCULANTE** | **01012014** |  | **S** | **1** | **2** | **01** |  |
| **1.01.01** | **DISPONIBILIDADES** | **01012014** |  | **S** | **1.01** | **3** | **01** |  |
| **1.01.01.01** | **CAIXA GERAL** | **01012014** |  | **S** | **1.01.01** | **4** | **01** |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CÓDIGO** | **DESCRIÇÃO** | **ORIENTAÇÕES** |
| **1.02.03.01** | **IMOBILIZADO – AQUISIÇÃO** |
| **1.02.03.01.01** | **Terrenos** | De propriedade da pessoa jurídica utilizados nas operações, ou seja, onde se localizam a fábrica, os depósitos, os escritórios, as filiais, as lojas, etc. **Atenção**: O valor do terreno onde está em construção uma nova unidade que ainda não esteja em operação também deve ser informada nesta conta.  Os terrenos sem uma destinação definida devem estar classificados em Investimentos, podendo alguns estar sendo mantidos para valorização ou aluguel, e assim devem obedecer às determinações do CPC 28 – Propriedade para Investimento. |
| **1.02.03.01.02** | **Edifícios e Construções** | Contas que registram os edifícios, melhoramentos e obras integradas aos terrenos, e os serviços e instalações provisórias, necessários à construção e ao andamento das obras, tais como: limpeza do terreno, serviços topográficos, sondagens de reconhecimento, terraplenagem, e outras similares. **Atenção:** As construções em andamento devem ser informadas na conta Construções em Andamento. |
| **1.02.03.01.03**  **1.02.03.01.04** | **Construções em Andamento - Imóvel Próprio**  **Outras Imobilizações em Andamento** | Contas que registram as construções em andamento de edifícios, melhoramentos e obras integradas aos terrenos, e os serviços e instalações provisórias, necessários à construção e ao andamento das obras em imóvel próprio da entidade, tais como: limpeza do terreno, serviços topográficos, sondagens de reconhecimento, terraplenagem, e outras similares. **Finalizado a construção transferir para a conta Edifícios e Construções. OBS - ABAIXO**  **Inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens**. |
| **1.02.03.01.05** | **Benfeitorias em Imóveis de Terceiros** | Contas que registram as construções, instalações e outras benfeitorias em terrenos, prédios ou edifícios alugados de uso administrativo ou de produção. |
| **1.02.03.01.06** | **Máquinas, Equipamentos e Instalações industriais (Elétrica e Hidráulica)** | Contas que registram os equipamentos, máquinas e instalações industriais utilizados no processo de produção da pessoa jurídica. |
|  | **Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados** | Equipamentos de processamento de dados (hardware) adquiridos pela empresa. Incluem-se neste grupo tanto as unidades centrais de processamento como as unidades periféricas (de disco, de fita, impressoras, terminais de vídeo etc.), além dos “terminais inteligentes”, microcomputadores etc. |
| **1.02.03.01.07** | **Móveis, Utensílios e Instalações comerciais (Elétrica e Hidráulica)** | Contas que registram os móveis, utensílios e instalações utilizados nas atividades administrativa e comercial da pessoa jurídica. |
|  | **Instalações Elétricas**  **Instalações Hidráulicas**  **(de Edificações / Máquinas / Comerciais)** | Abrange os equipamentos, materiais e custos de implantação de instalações que, mesmo integradas aos edifícios, devem ser segregadas das obras civis por terem uma vida útil diferenciada. Por exemplo, as instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, de vapor, de ar comprimido, frigoríficas, contra incêndio, de comunicações, de climatização, para combustíveis, gases, de antipoluição, para cozinha etc. **Conforme a atividade e processo produtivo**. **OBS**: esta conta deve refletir com a característica **de serviços indiretos e auxiliares** ao processo produtivo principal, caso contrário, sendo fonte geradora sua classificação deve ser na conta Máquinas e Equipamentos. Como exemplo, num frigorífico, a instalação frigorífica não deve estar em instalações, já que não representam serviço auxiliar, mas principal. |
| **1.02.03.01.08** | **Veículos** | Contas que registram os veículos de propriedade da pessoa jurídica. Atenção: **Os veículos de uso direto na produção, como empilhadeiras e similares, devem ser informados na conta Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais.** |
|  | **Ferramentas** | Nessa conta, registram-se as ferramentas que se pretendente utilizar por mais de um ano ou diferentes exercícios. É aconselhável a pratica de lançar diretamente no resultado em despesas as ferramentas e similares de pequeno valor unitário, mesmo quando de vida útil superior a um ano. A empresa deve exercer julgamento nessa situação ponderando a relação entre o custo e o benefício de controlar itens de imobilizado. |
|  | **Peças e Conjuntos de Reposição**  ***Peças de uso específico e vida útil comum***  ***SOBRESSALENTES***  ***Recondicionamento de peças***  ***Peças e material de consumo e manutenção*** | \* São registrados nesta conta as peças destinadas à substituição em maquinas e equipamentos, aeronaves, embarcações etc. Podendo ocorrer a troca em casos de manutenções periódicas preventivo, de segurança, ou em casos de quebra ou avaria. As peças substituídas definitivamente devem ser baixadas quando da troca.  \* Peças sobressalentes que acompanham o maquinário na compra são registrados no imobilizado e depreciados pelo mesmo período, o seu valor acumula ao maquinário. Também às peças mantidas pela empresa, mesmo com disponibilidade normal no mercado e que, portanto, têm vida útil física e valor econômico não vinculado à vida útil e ao valor do equipamento, são registrados no ativo imobilizado.  \* Estas peças após o recondicionamento ou revisão geral, tem o tratamento no estoque de peças de reposição e sua utilização será alocado ao ativo imobilizado, se atender aos critérios de reconhecimento, mas o serviço, custo de recondicionamento devem ser apropriados em despesas, semelhante ao custo de manutenção e reparo.  \* Estoque de consumo destinado à manutenção, como óleo, graxas etc., ferramentas e peças de pouca duração, serão transformados em despesa do período ou custo de outro produto, são classificados no Ativo Circulante e quando consumido são apropriados no resultado. |
| **1.02.03.01.09** | **Embarcações** | Contas que registram as embarcações de propriedade da pessoa jurídica, utilizados nas atividades administrativas, comerciais ou produtivas. |
| **1.02.03.01.10** | **Aeronaves** | Contas que registram as aeronaves de propriedade da pessoa jurídica, utilizados nas atividades administrativas, comerciais ou produtivas. |
| **1.02.03.01.28** | **Outras Imobilizações por Aquisição** | Contas que registram outras imobilizações não |
| **1.02.03.01.30** | **(-) Depreciação Acumulada - Imobilizado** | Contas que registram a depreciação acumulada das contas do imobilizado. |
| **1.02.03.01.31** | **(-) Amortização Acumulada- Imobilizado** | Contas que registram a amortização acumulada das contas do imobilizado. |
| **1.02.03.01.32** | **(-) Exaustão Acumulada - Imobilizado** | Contas que registram a exaustão acumulada das contas do imobilizado. |
| **1.02.03.01.55** | **(-) Perdas por Redução ao Valor Recuperável (Impairment) - Imobilizado** | Contas que registram as perdas estimadas com base em evidências objetivas que demonstrem a não recuperabilidade do valor contábil do imobilizado. Esta conta também registra as eventuais reversões. **Referidos valores deverão ser adicionados ao Lucro Real, mantidos na Parte B do eLalur até ocorrência da alienação ou baixa do ativo, quando poderão ser excluídos do Lucro Real (art. 32, Lei 12.973/2014).** |
| **1.02.03.01.75** | **(-) Subconta - Ajuste Valor Presente – Imobilizado** | Contas que registram contrapartidas dos ajustes a valor presente efetuados sobre os passivos decorrentes de compras a prazo de ativos imobilizados. Referidos valores serão apropriados ao resultado pelo regime de competência **e adicionados ao Lucro Real**. Concomitante controle ocorrerá nesta subconta até que o bem seja realizado, quando valor do AVP poderá ser excluído do Lucro Real do período **(art.5º, Lei nº 12.973/2014).** Detalhes sobre a contabilização estão descritos no Anexo I, exemplo 4, Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014). Apenas no caso da conta contábil que registra o ativo consolidar vários itens de mesma natureza, pode-se utilizar uma mesma subconta coletiva, desde que os demonstre em razão auxiliar vinculado à ECD (art. 33, §3º, Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014) |
| **1.02.03.01.76**  **1.02.03.01.77**  **1.02.03.01.78** | **Subconta - Ajuste Valor Presente – Depreciação / Amortização / Exaustão Acumulada - Imobilizado** | Contas que registram a **Depreciação / Amortização/ Exaustão** acumulada sobre o ajuste a valor presente registrado na subconta **1.02.03.01.75**. A operacionalização desta subconta está evidenciada no exemplo 4, anexo I, da Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014 |
| **1.02.03.01.90** | **Subconta – Adoção Inicial - Imobilizado** | Contas que registram as diferenças positivas ou negativas, na data da adoção dos efeitos da **Lei nº 12.973/2014**, entre o valor do ativo mensurado de acordo as disposições da Lei nº 6.404/1976 e o valor mensurado pelos métodos e critérios vigentes em 31/12/2007 (art. 66/67, Lei nº 12.973/2014), inclusive decorrentes do custo atribuível resultante de nova mensuração, ocorrida nos termos dos itens 20/27, ICPC 10. Referidos valores deverão ser computados na apuração Lucro Real à medida da realização do bem, (art. 164 e 167, Instrução Normativa SRF Nº 1.515/2014, cujos detalhes sobre a contabilização estão descritos em seu Anexo I, exemplos 1/2). Conforme disciplinado art. 169, § 9ª, Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014, cada **subconta de adoção inicial deve registrar individualmente a diferença de valor identificada em cada ativo.** Apenas no caso da conta contábil que registra o ativo consolidar vários itens de mesma natureza, pode-se utilizar uma mesma subconta coletiva, desde que os demonstre em razão auxiliar vinculado à ECD (art. 169, §6º, Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014) |
| **1.02.03.01.91 1.02.03.01.921.02.03.01.93** | **Subconta – Adoção Inicial – Depreciação / Amortização/ Exaustão Acumulada - Imobilizado** | Contas que registram a **Depreciação / Amortização/ Exaustão** acumulada sobre o ajuste adoção inicial registrado na subconta **1.02.03.01.90**. A operacionalização desta subconta está evidenciada nos exemplos 1/2, anexo I, da Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014 |
| **1.02.03.01.95** | **Subconta – Adoção Inicial – Taxa Depreciação Diferente - Imobilizado** | Contas que registram as diferenças positivas ou negativas, na data da adoção dos efeitos da Lei nº 12.973/2014, entre o valor da depreciação acumulada mensurado de acordo as disposições da Lei nº 6.404/1976 e o valor mensurado pelos métodos e critérios vigentes em 31/12/2007 (art. 66/67, Lei nº 12.973/2014). Esta conta registra apenas a diferença gerada, durante a vigência do RTT, pelo uso de taxas de depreciação diferentes das definidas nos anexos I e II da Instrução Normativa SRF nº 162/1998. Detalhes sobre a contabilização estão descritos no Anexo IV, Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014). Após a adoção da Lei nº 12.973/2014 estas diferenças posteriormente geradas passarão a ser controladas exclusivamente no eLalur (art.  168, Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014). Conforme disciplinado art. 169, § 9ª, Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014, cada subconta de adoção inicial deve registrar individualmente a diferença de valor identificada em cada ativo. Apenas no caso da conta contábil que registra o ativo consolidar vários itens de mesma natureza, pode-se utilizar uma mesma subconta coletiva, desde que os demonstre em razão auxiliar vinculado à ECD (art. 169, §6º, Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014) |
| **1.02.03.02** | **IMOBILIZADO – *LEASING* FINANCEIRO** |
| **1.02.03.02.01**  **1.02.03.02.02**  **1.02.03.02.03**  **1.02.03.02.04**  **1.02.03.02.05**  **1.02.03.02.06**  **1.02.03.02.09** | **Veículos**  **Embarcações**  **Aeronaves**  **Máquinas, Equipamentos e Instalações industriais**  **Móveis, Utensílios e Instalações comerciais**  **Imóveis**  **Outras Imobilizações por Arrendamento** | Contas que registram o imobilizado recebidos em leasing financeiro, ou seja, no qual são substancialmente **transferidos à arrendatária os riscos e benefícios inerentes à propriedade**. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. A diferenciação ante um arrendamento operacional depende da essência da transação e não da forma do contrato. Nos termos dos itens 20, CPC 06, no reconhecimento inicial estes ativos devem ser mensurados pelo menor entre valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, ou o valor justo do bem nesta data. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário devem ser adicionados à quantia reconhecida como ativo. **Para fins fiscais**, a pessoa jurídica arrendatária deverá adicionar ao Lucro Real qualquer despesa com depreciação (art.13, Decreto-Lei Nº 1.598/1977), todavia, podendo excluir as contraprestações pagas ou creditadas (art. 47, Lei Nº 12.973/2014). Os valores decorrentes do Ajuste a Valor Presente efetivado sobre a dívida do contrato também devem ser adicionados ao Lucro Real, conforme venham a ser reconhecidos como despesa financeira (art. 48, Lei Nº 12.973/2014). Maiores detalhes nos art. 89/90 Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014. As diferenças percebidas nos valores do ativo, tratadas na adoção inicial da Lei nº 12.973/2014¸ art. 66/67, não devem gerar controle em subcontas, conforme art. 172, Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014. |
| **1.02.03.02.30 1.02.03.02.311.02.03.02.32** | **(-) Depreciação / Amortização / Exaustão Acumulada - Imobilizado -Leasing Financeiro** | Contas que registram a **Depreciação / Amortização/ Exaustão** acumulada do imobilizado recebido em leasing financeiro. |
| **1.02.03.02.55** | **(-) Perdas por Redução ao Valor Recuperável (Impairment) - Imobilizado - Leasing Financeiro** | Contas que registram as perdas estimadas com base em evidências objetivas que demonstrem a não recuperabilidade do valor contábil do imobilizado recebido em leasing financeiro. Esta conta também registra as eventuais reversões. Referidos valores deverão ser adicionados ao Lucro Real, mantidos na Parte B do eLalur até ocorrência da alienação ou baixa do ativo, quando poderão ser excluídos do Lucro Real (art. 32, Lei nº 12.973/2014). |
| **1.02.03.04** | **ATIVO BIOLÓGICO – PRODUÇÃO** |
| **1.02.03.04.01** | **Ativo Biológico de Produção - Origem Animal – Pelo Valor Justo** | |
| **1.02.03.04.02** | **Ativo Biológico de Produção - Origem Vegetal – Pelo Valor Justo** | |
| **1.02.03.04.03**  **1.02.03.04.04** | **Ativo Biológico de Produção - Origem Animal – Pelo Custo**  **Ativo Biológico de Produção - Origem Vegetal - Pelo Custo** | |
| **1.02.03.04.30 1.02.03.04.32** | **(-) Depreciação / Exaustão Acumulada Ativos Biológicos de Produção** | |
| **1.02.03.04.55** | **(-) Perdas por Redução ao Valor Recuperável (Impairment) - Ativos Biológicos de Produção** | |
| **1.02.03.04.70** | **Subconta - Ajuste a Valor Justo (AVJ) – Ativos Biológicos de Produção** | |
| **1.02.03.04.75** | **(-) Subconta – Ajuste a Valor Presente (AVP) - Ativos Biológicos de Produção** | |
| **1.02.03.04.76 1.02.03.04.78** | **Subconta - Ajuste Valor Presente – Depreciação / Exaustão Acumulada - Ativos Biológicos de Produção** | |
| **1.02.03.04.90** | **Subconta – Adoção Inicial - Ativos Biológicos de Produção** | |
| **1.02.03.04.91 1.02.03.04.93** | **Subconta – Adoção Inicial – Depreciação / Exaustão Acumulada – Ativo Biológico de Produção** | |
| **1.02.03.04.95** | **Subconta – Adoção Inicial – Taxa Depreciação Diferente - Ativos Biológicos de Produção** | |
| **1.02.03.05** | **OUTROS IMOBILIZADOS** |
| **1.02.03.05.03 1.02.03.05.041.02.03.05.281.02.03.05.30** | **Imobilizados Recebidos em Subvenções Governamentais**  **(-) Redutoras de Imobilizados Recebidos em Subvenções Governamentais**  **Outros Imobilizados**  **(-) Outras Depreciações, Amortizações e Quotas de Exaustão Acumuladas** | |
| **1.02.03.05.70** | **Subconta - Ajuste a Valor Justo – Outros Imobilizados** | Contas que registram os ajustes a valor justo positivos ou negativos efetuados sobre outros imobilizados. Referidos valores deverão ser registrados líquidos da despesa de venda e computados na apuração Lucro Real à medida que ativo for realizado (art. 13/14, Lei nº 12.973/2014). Detalhes sobre a contabilização estão descritos no Anexo I, exemplos 5/6, Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014). Apenas no caso da conta contábil que registra o ativo consolidar vários itens de mesma natureza, pode-se utilizar uma mesma subconta coletiva, desde que os demonstre em razão auxiliar vinculado à ECD (art. 33, §3º, Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014) |
| **1.02.03.05.75** | **(-) Subconta - Ajuste Valor Presente – Imobilizado** | Contas que registram contrapartidas dos ajustes a valor presente efetuados sobre os passivos decorrentes de compras a prazo dos ativos. Referidos valores serão apropriados ao resultado pelo regime de competência e adicionados ao Lucro Real. Concomitante controle ocorrerá nesta subconta até a revenda ou baixa do ativo, quando valor do AVP poderá ser excluído do Lucro Real do período (art.5º, Lei nº 12.973/2014). Detalhes sobre a contabilização estão descritos no Anexo I, exemplo 4, Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014). Apenas no caso da conta contábil que registra o ativo consolidar vários itens de mesma natureza, pode-se utilizar uma mesma subconta coletiva, desde que os demonstre em razão auxiliar vinculado à ECD (art. 33, §3º, Instrução Normativa SRF nº 1.515/2014) |
| **1.02.03.05.761.02.03.05.90**  **1.02.03.05.911.02.03.05.95** | **Subconta - AVP – Deprec., Amort., Exaustão Acum – Outros Imobilizado**  **Subconta – Adoção Inicial - Outros Imobilizados**  **Subconta – Adoção Inicial – Taxa Depreciação Diferente - Outros Imobilizados**  **Subconta – Adoção Inicial – Deprec, Amort., Exaustão Acum – Outros Imobilizados** | |
| **2.03.02.02.01 2.03.02.02.02** | **Reserva de Reavaliação**  **Reserva de Reavaliação Reflexa** | Contas que registram o valor da reserva de reavaliação realizada sobre ativos próprios (Reflexa sobre ativos de coligadas e controladas), ainda não realizada e não estornada até final de 2008, nos termos do art. 6º, Lei nº 11.638/2007. Conforme disciplinado no item 38, CPC 13, sua constituição não é mais permitida. |
| **2.03.03.01.03** | **Contrapartida da Diferença Positiva de Ativo Imobilizado Transferido para Propriedades para Investimento -** Contas que registram a contrapartida de diferença positiva de ativo imobilizado transferido para propriedades para investimento quando do seu reconhecimento inicial, nos termos do item 62(b), CPC 28. | |

**RESUMO**

|  |
| --- |
| **IMOBILIZADO – AQUISIÇÃO** |
| **IMOBILIZADO – ANDAMENTO** |
| **ATIVO BIOLÓGICO – PRODUÇÃO** |
| **(-) Depreciação / Amortização / Exaustão Acumulada - Imobilizado e Ativo Biológico de Produção** |
| **(-) Perdas por Redução ao Valor Recuperável (Impairment) - Imobilizado e Ativo Biológico de Produção** |
| **Subconta - Ajuste a Valor Justo (AVJ) – Ativos Biológicos de Produção** |
| **(-) Subconta - Ajuste Valor Presente – Imobilizado e Ativo Biológico de Produção** |
| **Subconta - Ajuste Valor Presente – Deprec / Amortização / Exaustão Acumulada - Imobilizado e Ativo Biológico de Produção** |
| **Subconta – Adoção Inicial - Imobilizado e Ativo Biológico de Produção** |
| **Subconta – Adoção Inicial – Depreciação / Amortização/ Exaustão Acumulada - Imobilizado e Ativo Biológico de Produção** |
| **Subconta – Adoção Inicial – Taxa Depreciação Diferente - Imobilizado e Ativo Biológico de Produção** |
| **IMOBILIZADO – LEASING FINANCEIRO** |
| **(-) Depreciação / Amortização / Exaustão Acumulada - Imobilizado -Leasing Financeiro** |
| **(-) Perdas por Redução ao Valor Recuperável (Impairment) - Imobilizado - Leasing Financeiro** |
| **OUTROS IMOBILIZADOS** |
| **(-) Outras Depreciações, Amortizações e Quotas de Exaustão Acumuladas** |
| **Subconta - Ajuste a Valor Justo – Outros Imobilizados** |
| **(-) Subconta - Ajuste Valor Presente – Imobilizado** |
| **Subconta - AVP – Deprec., Amort., Exaustão Acum – Outros Imobilizado**  **Subconta – Adoção Inicial - Outros Imobilizados**  **Subconta – Adoção Inicial – Taxa Depreciação Diferente - Outros Imobilizados**  **Subconta – Adoção Inicial – Deprec, Amort., Exaustão Acum – Outros Imobilizados** |
| **ATIVOS REAVALIADOS ANTES DE 2008** |

**IMOBILIZADO EM ANDAMENTO**

**Conta 1.02.03.01.03 – Construções em Andamento**

**Conta 1.02.03.01.04 - Outras Imobilizações em Andamento**

As obras do período de sua construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de Bens em Operação. Para uma empresa já em operação, poderá representar obras complementares, construções de anexos, novos depósitos e outros.

**Bens em uso na fase da implantação**

Todos os bens que já estão em uso durante a fase pré-operacional da empresa, relativos ao desenvolvimento do projeto. Tais bens seriam, por exemplo, as instalações do escritório administrativo do projeto, seus móveis e utensílios, veículos e outros. Por estarem em uso, devem ser depreciados normalmente, motivo pelo qual o Plano de Contas apresenta as depreciações acumuladas respectivas como redução de custo nesse próprio grupo de Imobilizado em Andamento.

* Custo
  + Moveis e utensílios
  + Instalações de escritório
  + Veículos
* Depreciação acumulada
  + Moveis e utensílios
  + Instalações de escritório
  + Veículos

A contrapartida da depreciação desses bens é a conta de Gastos de Implantação do projeto respectivo, no Ativo Imobilizado em Andamento. (Artigo 327 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. RIR/99 e Lei nº 4.506, de 1964, art. 58, § 3º.)

**Importações em Andamento de Bens do Imobilizado; e**

**Adiantamento a Fornecedores de Imobilizado**

Todos os gastos incorridos relativos aos equipamentos, máquinas, aparelhos e outros bens até sua chegada, desembaraço e recebimento pela empresa, considerando-se as modalidades de importações, CIF ou FOB, todos os custos relacionados à colocação de um ativo imobilizado no local e nas condições necessárias para o mesmo operar devem compor o custo desse ativo.

Para os adiantamentos a fornecedores por conta de fornecimento sob encomenda de bens do imobilizado, que representam pagamentos por conta de um valor previamente contratado.

**Almoxarifado de Materiais para Construção de Imobilizado**

**Bens de Imobilizações de pequeno valor – fiscais**

Observância de três elementos na fixação do valor de corte para ativação de bem, contábil:

1 – Atividade da corporação

2 – Razoabilidade do valor

3 – Funcionalidade do bem. Cumprir as funções na empresa.

Limite mínimo para Imobilizações (Art. 2 altera o Art. 15 do Decreto-Lei 1.598/77). Para quem optar (2014, obrigatório em 2015) pela Lei 12.973/14, o limite passa a ser de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) a partir das aquisições de 2014, e de R$ 326,61, anteriormente.

**Custos Estimados de Desmontagens, valor residual negativo.** (Art. 45 Lei nº 12.973/2014). Os gastos de desmontagem e retirada de item de ativo imobilizado ou restauração do local em que está situado somente serão dedutíveis quando efetivamente incorridos. Caso constitua provisão para estes fins, a pessoa jurídica deverá proceder ao ajuste no LALUR, no período de apuração em que o imobilizado for realizado, inclusive por depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa.

**EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO PARTE I**

**Depreciação**

1. Valor depreciável e período de depreciação
2. Métodos de depreciação e seus reflexos tributários

**CPC 27 do item 43 a 49**

Com exceção de terrenos e de alguns outros itens, os elementos que integram o ativo imobilizado, pelo prazo de sua vida útil econômica, são alocados sistematicamente aos exercícios a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo.

Cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciado separadamente.

Um componente significativo de um item do ativo imobilizado pode ter a vida útil e o método de depreciação idênticos a outro, podem ser agrupados no cálculo da depreciação.

**Valor depreciável e período de depreciação**

**Valor depreciável** é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.

**Depreciação** é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil. A quota de depreciação dedutível na apuração do imposto será determinada mediante a aplicação da taxa anual de depreciação sobre o **custo de aquisição do ativo**. (Art. 57, § 1º da Lei nº 12.973/2014).

Quando houver mudanças na maneira como o ativo é utilizado, desgaste e quebra relevantes e inesperados, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado, a entidade deve revisar suas estimativas anteriores e, se for o caso, corrigir o valor residual, o método de depreciação ou mudança de estimativa contábil.

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. (Mudança na estimativa contábil é um ajuste nos saldos contábeis de ativo ou de passivo, ou nos montantes relativos ao consumo periódico de ativo, que decorre da avaliação da situação atual e das obrigações e dos benefícios futuros esperados associados aos ativos e passivos. As alterações nas estimativas contábeis decorrem de nova informação ou inovações e, portanto, não são retificações de erros.)

Na prática, o procedimento de determinar o valor residual não tem sido muito adotado, pois é bastante difícil estimar. Obrigatoriamente deveria ter mudado a partir de 2010. Independentemente da dificuldade, a entidade deve estimar esse valor tendo por base toda informação disponível no momento da estimação. Se posteriormente houver alterações nas premissas que fundamentaram a estimativa, a mudança deve ser considerada.

A depreciação é reconhecida mesmo que o valor justo do ativo exceda o seu valor contábil, desde que o valor residual do ativo não exceda o seu valor contábil. A reparação e a manutenção de um ativo não evitam a necessidade de depreciá-lo.

A depreciação inicia quando estiver disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração.

A depreciação deve cessar na data em que o ativo é classificado para venda ou, ainda, na data em que o ativo é baixado, o que ocorrer primeiro. Portanto, a depreciação não cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado do uso normal, a não ser que o ativo esteja totalmente depreciado. No entanto, de acordo com os métodos de depreciação pelo uso, a despesa de depreciação pode ser zero enquanto não houver produção.

Fatores que são considerados na determinação da vida útil de um ativo:

(a) uso esperado com base na capacidade ou produção física esperadas do ativo;

(b) desgaste físico normal pelo uso operacional como o número de turnos, o programa de reparos e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;

(c) obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço derivado do ativo, pode refletir uma redução dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo;

(d) limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos contratos de arrendamento mercantil relativos ao ativo.

(e) definida em termos da utilidade determinada pela entidade, política de gestão de ativos.

A questão da depreciação gerou inúmeras dúvidas sobre o assunto desde a lei 11.638/2008, à 11.941/2009 e, atualmente, à lei 12.973/2014.

**Método de depreciação**

O método de depreciação deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício:

* O método da linha reta ou linear, despesa constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere.
* O método dos saldos decrescentes, resulta em despesa decrescente durante a vida útil.
* O método de unidades produzidas, despesa baseada no uso ou produção esperados.

A entidade seleciona o método que melhor reflita o padrão do consumo dos benefícios econômicos futuros esperados incorporados no ativo. Esse método é aplicado consistentemente entre períodos, a não ser que exista alteração nesse padrão.

**Método Da Linha Reta / Linear / Quotas Constantes**

Esse método pressupõe que a perda de utilidade de um bem se dá em função da passagem do tempo. Assim, à medida que o tempo passa o bem vai perdendo valor linearmente. É o método mais utilizado pelas empresas. A depreciação por esse método é calculada dividindo-se o valor depreciável pelo tempo de vida útil do bem, e é representado pela seguinte Fórmula:

|  |  |
| --- | --- |
| D = (C-R) / n | D=Depreciação  C=Custo do Bem  R=Valor Residual do Bem  n=Prazo de vida útil do bem |

A empresa adquiriu um bem novo por R$30.000,00.

Considerando que o prazo de vida útil seja de 5 anos, a taxa anual de depreciação será de 20%.

Estima-se um valor de baixa em R$4.000,00 no final, referente ao valor residual já liquido dos custos de venda.

O cálculo da depreciação será o seguinte:

a) valor da depreciação anual: (R$30.000,00-R$4.000,00) x 20% = R$5.200,00;

Aplicando a fórmula: D = (30.000,00-4.000,00) / 60 = 433,33 – depreciação mensal

b) valor da depreciação fiscal: R$6.000,00/12= R$500,00

c) valor ajuste LALUR (exclusão): R$66,67, referente a diferença a menor da depreciação em decorrência do valor residual (4.000 / 60), sendo que a vida útil a mesma da fiscal.

**Método Dos Saldos Decrescentes**

Por esse método a despesa é decrescente durante a vida útil. Somam-se os algarismos que compõe o número de anos de vida útil do bem. No caso de 5 anos, teríamos: 1 + 2 + 3 + 4 + 5 = 15 A depreciação de cada ano é uma fração em que o Denominador é a soma dos algarismos. Mesmos dados acima.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Ano | Proporção | % | R$ (dep. CPC) |
| 1º ano | 5/15 | 33,3333 | 8.666,67 |
| 2º ano | 4/15 | 26,6667 | 6.933,33 |
| 3º ano | 3/15 | 20,0000 | 5.200,00 |
| 4º ano | 2/15 | 13,3333 | 3.466,67 |
| 5º ano | 1/15 | 6,6667 | 1.733,33 |
| TOTAL | 15/15 | 100,000 | 26.000,00 |

**Método de Unidades Produzidas / horas trabalhadas**

Despesa baseada no uso ou produção esperados. Esse método é baseado numa estimativa do número de unidades que devam ser produzidas pelo bem a ser depreciado e a quota de depreciação é expressa pela seguinte fórmula:

Quota de depreciação anual = n° de unidades produzidas no ano X

Nº de unidades estimadas a serem produzidas durante a vida útil do bem.

O resultado da fração apresentada representará o percentual de depreciação a ser aplicado no ano X.

Exemplo:

Valor a depreciar: R$30.000,00-4000 (valor residual)

Estimativa de peças a serem produzidas pelo bem: 500.000 peças.

Quota de depreciação anual = R$ 26.000,00 = R$ 0,052 por peça produzida 500.000

**Taxas de depreciação fiscal**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Vida útil anual** | **Taxa anual % / 1 turno** | **2 turnos de 8 horas 1,5** | **3 turnos de 8 horas 2,0** |
| Edifício | 25 | 4 | 6 | 8 |
| Máquina e Equipamento | 10 | 10 | 15 | 20 |
| Instalações | 10 | 10 | 15 | 20 |
| Móveis e Utensílios | 10 | 10 | 15 | 20 |
| Veículo | 5 | 20 | 30 | 40 |
| Sistema de proc. dados | 5 | 20 | 30 | 40 |

**Depreciação fiscal de bens usados**

A taxa de depreciação de bens usados, para fins de apuração do custo ou despesa operacional das empresas tributadas pelo lucro real, tem parâmetros fixados pelo art. 311 do Regulamento do IR (Decreto 3.000/1999), podendo a mesma ser calculada considerando como prazo de vida útil o maior dentre:

1. metade do prazo de vida útil admissível para o bem adquirido novo;

2. restante da vida útil do bem, considerada esta em relação a primeira instalação para utilização.

Exemplo:

Caminhão de carga, cuja vida útil é de 4 anos, se adquirido após 3 anos de fabricação, poderá ser depreciado em 2 anos, aplicando-se a taxa de 50% ao ano.

A diferença de tributação é significativa. Tomando o exemplo do caminhão, de valor R$ 50.000,00, a depreciação/ano pelo critério do RIR/99 é de R$ 25.000,00. Se adotado o critério geral, ficaria em R$ 12.500,00.

A diferença pode gerar um menor pagamento de IRPJ e CSLL de até R$ 4.250,00 em um ano, apenas neste item.

IN 103/1984 da SRF

**Redução ao valor recuperável de ativos**

CPC 01 R1

1. O que é *impairment?*
2. Teste de *impairment*
3. ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado do CPC 27 (*Deemed Cost*)

**CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos -** determina como a entidade deve revisar o valor contábil de seus ativos assegurando que não estejam registrados acima de seus valores de recuperação, isto é, exceder pelo uso ou pela venda do ativo. Assim este CPC procede como determinar o seu valor recuperável e quando reconhecer ou reverter perda por redução ao valor recuperável.

**Alcance**

Este Pronunciamento Técnico **não se aplica** a estoques, ativos advindos de contratos de construção, ativos fiscais diferidos, ativos advindos de planos de benefícios a empregados ou ativos classificados como mantidos para venda (ou incluídos em grupo de ativos que seja classificado como disponível para venda) em decorrência de os CPC vigentes aplicáveis a esses ativos conterem disposições orientadoras para reconhecimento e mensuração desses ativos.

**Ajustes a ativos reavaliados**

Este CPC 01 deve ser aplicado a ativos reavaliado (valor justo na data de reavaliação, **se permitida legalmente**, menos qualquer depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável subsequentes). A única diferença entre o valor justo do ativo e seu valor justo menos custos de alienação são os custos diretos da alienação (comissão, impostos, transporte etc.)

Custos de alienação – insignificante – o valor recuperável está próximo ao valor reavaliado

**Identificação de ativo que pode estar desvalorizado**

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve testar, no mínimo anualmente (CPC 01 item 10 a).

O ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável, através de 1) **fontes externas**: a) valor do bem diminuiu significativamente; b) mudança de aspectos tecnológico, mercado, econômico ou legal (cenário); c) aumento das taxas de juros afetando a taxa de desconto, diminuindo o valor recuperável do ativo; d) o valor contábil do PL (patrimônio líquido) é maior do que o valor de suas ações de mercado (WACC); 2) **fontes internas;** e) evidencia de obsolescência ou dano físico; f) mudanças na empresa, descontinuidade ou reestruturação da operação, em relação aos ativos; g) alteração nos relatórios interno em relação ao orçado; 3) **dividendos de controlada (goodwill)**.

O item (g), evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique um ativo pode ter se desvalorizado; a) comparação no fluxo de caixa orçado para adquirir o ativo estar a maior que o originalmente orçado; b) fluxo de caixa líquidos realizados ou resultado operacional estar a menor ao orçado; c) queda nos fluxos de caixa orçados ou no lucro operacional, ou prejuízo desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Item 15 - um ativo com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso, devemos verificar a materialidade em estimar o valor recuperável. O valor recuperável for bem superior ao valor contábil, não precisaria estimar novamente exceto caso os eventos das fontes eliminar esta diferença. Aumentos nas taxas de juros sem efeito sobre a taxa de desconto utilizada para o ativo, através da análise de sensibilidade; ajustando as receitas para compensar o aumento nas taxas ou diminuição no valor recuperável resulte em perda material por desvalorização.

Havendo indicação do ativo ter sofrido desvalorização, também a vida útil remanescente, o método de depreciação ou mesmo o valor residual necessita ser revisados e ajustados, talvez mesmo que nenhuma perda por desvalorização seja reconhecida para o ativo.

**Mensuração do valor recuperável**

Valor recuperável é o maior valor entre – valor justo líquido de despesa de venda do ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.

* Se um destes valores (Justo ajustado e o em uso) > valor contábil do ativo, não há desvalorização, portanto não será necessário estimar o outro valor.
* Não sendo possível estimar o valor justo, o valor em uso será utilizado como valor recuperável.
* O valor em uso < (materialmente) valor justo liquido, este último será o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado para um ativo individual. Mas caso não gere receitas individualmente, o valor recuperável será determinado pela unidade geradora de caixa a que pertence ao ativo, a menos que; (a) o valor justo líquido do ativo seja maior do que seu valor contábil; ou; (b) o valor em uso do ativo possa ser estimado como sendo próximo do valor justo líquido de despesas de alienação e este possa ser mensurado.

**Valor justo líquido de despesa de venda**

A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo é o preço de venda firme em transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas adicionais que seriam diretamente atribuíveis à venda do ativo.

Não havendo contrato, mas o ativo for negociado em mercado ativo, ou a melhor informação disponível ao termino do período de reporte, o preço de mercado ajustado a despesa de baixa passa a ser o valor justo.

Exemplos de tipos de despesas deduzidas ao valor justo:

* Despesas legais, tributos (ICMS, PIS, COFINS etc.)
* Despesas com a remoção do ativo
* Gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda.

Não são despesas incrementais para a baixa do ativo:

* Despesas com demissão de empregados
* Despesas associadas à redução ou reorganização de um negócio em seguida à baixa

**Valor em uso**

A estimativa do valor em uso de um ativo envolve os seguintes passos:

(a) estimar futuras entradas e saídas de caixa derivadas do uso contínuo do ativo e de sua baixa final; e (b) aplicar a taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

**Base para estimativas de fluxos de caixa futuros**

Ao mensurar **o valor em uso** a entidade deve (CPC 01, 30 a 32):

(a) basear nas melhores projeções de fluxo de caixa, condições econômicas (cenário externo) que existirão ao longo da vida útil remanescente do ativo.

(b) basear as projeções de orçamentos financeiros, excluir qualquer estimativa de reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. Orçamentos devem abranger o período máximo de cinco anos ou maior com justificativa;

(c) estimar as projeções de orçamentos usando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, devidamente justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa média de crescimento, de longo prazo, para os produtos, setores de indústria ou país ou países nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que se justifique, fundamentadamente, uma taxa mais elevada.

A administração deve avaliar a razoabilidade das premissas, examinar as causas das diferenças entre as projeções passadas de fluxos de caixa e os fluxos de caixa atuais observados; deve certificar-se de que as premissas sobre as quais suas projeções atuais estão baseadas e consistentes com os resultados observados no passado.

Ao utilizar informações de orçamentos e previsões financeiras, a entidade deve considerar se as informações refletem premissas razoáveis e fundamentadas, e se representam a melhor estimativa, por parte da administração, quanto ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil remanescente do ativo.

**Composição das estimativas de fluxos de caixa futuros (CPC 01, 39 a 57)**

1. Projeções de entradas advindas do uso contínuo do ativo ou grupo
   1. Não incluir entradas advindas de outros ativos
   2. Não incluir entradas advindas do aumento de melhoria do ativo (item c, abaixo)
2. Projeções de saídas incorridas para gerar as entradas advindas do uso contínuo do ativo
   1. Despesas comerciais e administrativas relacionadas direta ou indiretamente
   2. Incluindo as saídas de caixa para preparar o ativo para uso
   3. Saídas anteriores ao uso do ativo ou às entradas de caixa
   4. Não incluir saídas que melhorem ou aprimorem o desempenho do ativo
3. Valores a serem recebidos ou pagos quando da baixa do ativo ao término de sua vida útil
4. Não incluir entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento
5. Não incluir entrada ou pagamentos de tributos sobre a renda
6. Não considerar a amortização dos bens tangível ou intangível, por não ser saída de caixa
7. Não considerar as provisões que não afetam as entradas ou saídas de caixa
8. Taxa de desconto ao tempo do fluxo de caixa
   1. Refletir premissas sobre aumentos de preço devido à inflação
      1. Aumento generalizado de preços
      2. Se excluir o efeito da inflação, serão estimados aumentos em termos reais
   2. Refletir as premissas consistentes das atividades de financiamento
9. O período da premissa é até a data de baixa ou termino de sua vida útil

EBTIDA ou LAJIDA, a valor presente (VPL)

OBS: Estimativas de fluxos de caixa futuros incluem as saídas de caixa futuras necessárias para manter o nível de benefícios econômicos esperados gerados pelo ativo em sua condição atual. Quando a unidade geradora de caixa é composta por ativos com diferentes vidas úteis estimadas, sendo todos essenciais para a continuidade da operação da unidade, a reposição de ativos com vida útil mais curta é considerada como integrante do gasto relacionado à utilização e manutenção da unidade quando da estimativa dos fluxos de caixa futuros associados a essa unidade.

De modo similar, quando um ativo individual é composto por itens com diferentes vidas úteis estimadas, a reposição de itens com vida mais curta é considerada como integrante do gasto relacionado à utilização e manutenção do ativo quando da estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados por esse ativo.

**Taxa de desconto**

A taxa deve ser antes dos impostos e que reflita as avaliações de mercado acerca:

* Refletir o valor do dinheiro no tempo
* Refletir os riscos do ativo para as estimativas de caixa não tenham sido ajustados
* O retorno dos investidores exigiria no mercado financeiro
* Taxa estimada a partir de taxa para ativos semelhantes
* Taxa referente ao custo médio ponderado de capital

Se, e somente se, o valor recuperável de um ativo **for inferior ao seu valor contábil**, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo, reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado, neste será tratada como diminuição da reavaliação.

Quando o montante estimado da perda por desvalorização **for maior do que o valor contábil** do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer um passivo se, e somente se, isso for exigido por outro Pronunciamento Técnico.

Depois do reconhecimento da perda por desvalorização, a despesa de depreciação do ativo deve ser ajustada em períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual (se houver), em base sistemática ao longo de sua vida útil remanescente.

https://www.youtube.com/watch?v=Uo-K6JRhQo8

**Identificação da unidade geradora de caixa à qual um ativo pertence**

Se não for possível estimar o valor recuperável para o ativo individual, a entidade deve determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence (unidade geradora de caixa do ativo).

1 - Exemplo: Uma entidade de mineração tem uma estrada de ferro particular para dar suporte às suas atividades de mineração. Essa estrada pode ser vendida somente pelo valor de sucata e ela não gera entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos da mina.

*Não é possível estimar o valor recuperável da estrada de ferro privada porque seu valor em uso não pode ser determinado e é provavelmente diferente do valor de sucata. Portanto, a entidade deve estimar o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual a estrada de ferro particular pertence, isto é, a mina como um todo.*

2 – Exemplo: Uma empresa de ônibus fornece serviços, sob contrato, a um município que requer a prestação de serviços mínima em cada uma das cinco linhas operadas. Os ativos alocados a cada linha e os fluxos de caixa provenientes de cada linha podem ser identificados separadamente. Uma das linhas opera com prejuízo significativo.

*Como a entidade não tem a opção de eliminar nenhuma das linhas operadas, o nível mais baixo de entradas de caixa identificáveis que são substancialmente independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos são as entradas de caixa geradas pelas cinco linhas em conjunto. A unidade geradora de caixa para cada linha é a empresa de ônibus como um todo.*

Se existir mercado ativo para o produto gerado por um ativo ou grupo de ativos, esse ativo ou grupo de ativos deve ser identificado como unidade geradora de caixa, mesmo que alguns ou todos os produtos sejam utilizados internamente. Se as entradas de caixa geradas por qualquer ativo ou unidade geradora de caixa forem afetadas por preço de transferência interno, a entidade deve usar a melhor estimativa da administração em relação aos preços futuros que poderiam ser obtidos em transação entre partes independentes. Mesmo sendo em processo de produção ou produto intermediário, sendo estes produtos serem vendidos e gerar entrada de caixa independente. Caso a unidade geradora de caixa não refletir melhor estimativa, por parte da administração considerar o favorecimento dentro da relação de comutatividade.

**Valor recuperável e valor contábil de unidade geradora de caixa**

Exemplo - Uma entidade opera uma mina em um país cuja legislação exige que o proprietário restaure o local em que é desenvolvida a atividade exploratória, quando do término das atividades. O custo de restauração inclui a reposição da superfície ambiental que precisou ser removida antes que as operações da mina se iniciassem. A provisão para os custos de reposição da superfície ambiental foi reconhecida assim que ela foi removida. Esse valor foi reconhecido como parte do custo da mina e está sendo exaurido ao longo da sua vida útil. O valor contábil da provisão para os custos de restauração é de $ 500, que é igual ao valor presente desses custos de restauração.

A entidade está testando a mina para fins de perda por desvalorização. A unidade geradora de caixa da mina é ela como um todo. A entidade recebeu várias ofertas de compra da mina a um preço em torno de $ 800. Esse preço considera o fato de que o comprador assumirá a obrigação de restaurar o que for necessário. As despesas de venda da mina são desprezíveis. O valor em uso da mina é de aproximadamente $ 1.200, excluindo os custos de restauração. O valor contábil da mina é $ 1.000.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Vr. Contabil  500 | = Custo (-) exaustão e perdas  1.000 | (+) vr. Residual (Justo – despesas)  500 |
| Vr. Em uso  700 | = entrada de caixa  1.200 | - Saída de caixa  500 |
| Vr. Justo  800 | = oferta  800 | (-) despesas de venda  Desprezível |

*O valor justo líquido de despesas de venda da unidade geradora de caixa é de $ 800. Esse valor considera os custos de restauração que já foram provisionados. Como consequência, o valor em uso da unidade geradora de caixa é determinado depois de considerar os custos de restauração, e é estimado em $ 700 ($ 1.200 menos $ 500). O valor contábil da unidade geradora de caixa é de $ 500, que é o valor contábil da mina ($ 1.000) menos o valor contábil da provisão para custos de restauração ($ 500). Portanto, o valor recuperável da unidade geradora de caixa supera seu valor contábil*.

**Ativo corporativo**

Ativos corporativos incluem os ativos do grupo ou de departamento ou divisão da entidade, tais como: Prédio da sede ou de divisão da entidade, ou equipamentos de processamento eletrônico de dados ou centro de pesquisas. A estrutura da entidade determina se um ativo atende à definição deste Pronunciamento de ativos corporativos para uma unidade geradora de caixa individual.

As características peculiares dos ativos corporativos são as de que não geram entradas de caixa independentemente de outros ativos ou grupo de ativos, e que seu valor contábil não pode ser totalmente atribuído à unidade geradora de caixa sob revisão.

Em função de ativos corporativos não gerarem entradas de caixa separadas, o valor recuperável de um ativo corporativo individual **não pode ser determinado.**

A menos que a administração tenha decidido vender o ativo. Consequentemente, a desvalorização a valor recuperável à unidade geradora de caixa a que o ativo corporativo pertence.

Alocar os ativos em base razoável à unidade para comparar o valor contábil da unidade com o seu valor recuperável.

Não podendo alocar em base razoável a entidade deve, cumulativamente:

1 – Comparar o valor contábil da unidade, excluindo o ativo corporativo, com o seu valor recuperável e reconhecer qualquer perda por desvalorização de uma unidade geradora de caixa.

2 – Identificar o menor grupo de unidade gerado de caixa, onde inclui o ativo corporativo, alocar o valor contábil do ativo corporativo em base razoável e consistente; e

3 – Comparar o valor contábil do grupo geradora de caixa, incluindo a parcela do valor contábil do ativo corporativo alocada a esse grupo de unidade, com o valor recuperável do grupo de unidades.

**Desvalorização em uma unidade geradora de caixa**

A perda por desvalorização deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa, se, e somente se, o valor recuperável da unidade (valor justo ajustado e valor em uso) for menor do que o valor contábil da unidade.

O valor da perda por desvalorização que de outra forma teria sido alocado ao ativo deve ser alocado proporcionalmente aos outros ativos da unidade (grupo de unidades).

Não sendo possível reduzir o valor contábil abaixo do valor mais alto na comparação entre o valor justo liquido de despesas de alienação e seu valor em uso, todos se puderem ser determinados. Onde a diferença deverá ser alocada aos outros ativos proporcionalmente.

Exemplo - Uma máquina teve um dano físico, mas ainda está operando, embora não tão bem quanto anteriormente ao dano físico. O valor justo líquido de despesas de venda da máquina é menor do que o seu valor contábil. A máquina não gera entradas de caixa independentes. O menor grupo de ativos identificável, que inclui a máquina e que gera entradas de caixa que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, é a linha de produção à qual a máquina pertence. O valor recuperável da linha de produção indica que a linha de produção tomada como um todo não sofreu desvalorização.

Premissa 1: orçamentos ou previsões aprovadas pela administração não demonstram a obrigação da administração de substituir a máquina.

*O valor recuperável da máquina sozinha não pode ser estimado, pois o valor em uso da máquina:*

*(a) pode ser diferente de seu valor justo líquido de despesas de venda; e*

*(b) pode ser determinado somente para a unidade geradora de caixa à qual a máquina pertence (a linha de produção).*

*A linha de produção não sofreu perda por desvalorização. Portanto, não há perda por desvalorização reconhecida para a máquina. Entretanto, a entidade pode necessitar reavaliar o período de depreciação ou o método de depreciação para a máquina. Talvez um período mais curto ou método mais rápido de depreciação seja exigido para refletir a vida útil remanescente da máquina ou as bases sobre as quais se esperam que os benefícios econômicos sejam usufruídos pela entidade.*

Premissa 2: os orçamentos ou previsões aprovadas pela administração demonstram o compromisso da administração de substituir a máquina e vendê-la em futuro próximo. Os fluxos de caixa provenientes de uso contínuo da máquina até sua baixa são estimados como desprezíveis.

*O valor em uso da máquina pode ser estimado como próximo de seu valor justo líquido de despesas de venda. Portanto, o valor recuperável da máquina pode ser determinado e nenhuma consideração deve ser dada à unidade geradora de caixa à qual a máquina pertence (a linha de produção). Em função de o valor justo líquido de despesas de venda da máquina ser menor do que seu valor contábil, a perda por desvalorização deve ser reconhecida para a máquina.*

**Reversão de perda por desvalorização**

Fontes internas de informação

1 – O valor do ativo tenha aumentado significamente

2 – Mudanças com efeito favorável sobre a unidade, tecnológico, de mercado, econômico ou legal

3 – Taxas de juros de mercado ou retorno de investimentos tenham diminuído

4 – Evidencia em relatórios internos melhores do que o esperado

**Reversão de perda por desvalorização para ativo individual**

**ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado**

Para o ativo imobilizado, uma das práticas brasileiras que vem sendo seguida considera de maneira geral as taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária sem a prática de (i) revisão periódica obrigatória das estimativas de vida útil e (ii) determinação de valor residual, que são fundamentais para a definição do montante a ser depreciado segundo o CPC 27.

Data para adoção da aplicação inicial:

Lei 11.638/2007, introduziu alterações na Lei 6.404/76.

O CPC 13 – Adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08 art. 54, determinou um prazo as entidades pudessem providenciar a primeira revisão prevista na Lei da seguinte forma:

Termino do exercício que se iniciar a partir de 1 de janeiro de 2009.

Item 139 do OCPC 02 – Demonstrações Contábeis de 2008, estabeleceu:

O CPC 27 – Imobilizado, a sua aplicação em 2010.

O CPC 27 – desde 2009, determina:

Item 51. O valor residual e a vida útil são revisados pelo menos ao final de cada exercício, também para os ajustes ao custo atribuído (deemed cost) pelo valor justo e em uso, ao final de cada exercício, **se, somente se, não forem relevantes**. Ou;

CPC 13, item 24 – os possíveis efeitos da aplicação do custo atribuído (deemend cost) inicial apurados, devem ser contabilizados na abertura do primeiro exercício social em que se aplica o CPC 27. Não sendo admitido revisões da opção em períodos subsequentes ao da adoção inicial.

Admitido como Custo Atribuído o valor justo para o imobilizado:

* Bens ou conjunto de bens de valor contábil inferior ou superior ao seu valor justo.
* Custo de manutenção pode determinar, de certa forma, a opção a um valor justo.
* Período de tempo entre a data de aquisição e o atual, desvalorizado pela moeda
* Condições de sua utilização e evolução tecnológica.
* Falta de prática em estimar o valor residual e vida útil do bem

Contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada de Ajustes de Avaliação Patrimonial, conforme CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Depende do julgamento da administração e aprovação em assembleia.

Quando da adoção inicial do CPC 27 – Ativo Imobilizado, os ajustes decorrentes de mudança de estimativas de vida útil (taxas de depreciação) poderiam ser tratados, conforme o caso, como mudança de política ou de estimativa contábil. Por outro lado, a adoção retrospectiva dos ajustes exigiria que fossem adotadas premissas baseadas em como teriam sido as condições de utilização, manutenção e evolução tecnológica em cada período anterior, o que pode não ser viável no caso de muitas entidades. Daí, inclusive, a previsão do item 35 do CPC 23, determina que “. Quando for difícil distinguir uma mudança na política contábil de uma mudança na estimativa contábil, a mudança é tratada como mudança na estimativa contábil. ” Além do mais, está contido no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro no seu item 19: “ (a) A entidade deve contabilizar uma mudança na política contábil resultante da adoção inicial de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação, de acordo com as disposições transitórias específicas, se existirem, expressas nesse Pronunciamento, Interpretação ou Orientação. ” (Negrito adicionado). Portanto será tratado como ajuste direto ao patrimônio líquido, tanto os positivos quanto os negativos, com efeitos retroativos para fins de apresentação das demonstrações contábeis comparativas.

**Avaliação inicial para o ativo imobilizado - Custo atribuído (deemed cost)**

**Revisão inicial das vidas úteis** – Alteração a partir da data da revisão e seu ajuste será tratado como mudança de estimativa, sendo o reflexo somente na depreciação no resultado do exercício, anterior à data da revisão não serão recalculados.

**Avaliadores, laudos de avaliação e aprovação**

Para fins de identificação do valor justo dos ativos imobilizados a ser tomado para a adoção do custo atribuído, da vida útil econômica e do valor residual dos ativos imobilizados. Poderão consideram-se avaliadores, aqueles especialistas que tenham experiência, competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens.

Adicionalmente, para realizar seus trabalhos, os avaliadores devem conhecer ou buscar conhecimento a respeito de sua utilização, bem como das mudanças tecnológicas e do ambiente econômico onde ele opera, considerando o planejamento e outras peculiaridades do negócio da entidade. Nesse contexto, a avaliação pode ser efetuada por avaliadores internos ou externos à entidade.

Apresentar **relatório de avaliação** fundamentado e com informações mínimas que permitam o pleno atendimento às práticas contábeis. Assim, esse relatório deve conter:

(a) indicação dos critérios de avaliação, das premissas e dos elementos de comparação adotados, tais como:

(i) antecedentes internos: investimentos em substituições dos bens, informações relacionadas à sobrevivência dos ativos, informações contábeis, especificações técnicas e inventários físicos existentes;

(ii) antecedentes externos: informações referentes ao ambiente econômico onde a entidade opera, novas tecnologias, benchmarking, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens;

(iii) estado de conservação dos bens: informações referentes a manutenção, falhas e eficiência dos bens; e outros dados que possam servir de padrão de comparação, todos suportados, dentro do possível, pelos documentos relativos aos bens avaliados;

(b) localização física e correlação com os registros contábeis ou razões auxiliares;

(c) valor residual dos bens para as situações em que a entidade tenha o histórico e a prática de alienar os bens após um período de utilização; e

(d) a vida útil remanescente estimada com base em informações e alinhamento ao planejamento geral do negócio da entidade.

**(e) incluo nestes a identificação no relatório dos bens em arrendamento mercantil financeiro.**

**Registro de tributos diferidos**

Contabilização dos efeitos fiscais atuais e futuros da recuperação do valor contábil dos ativos reconhecidos no balanço patrimonial da entidade.

**CPC 06 – Arrendamento mercantil financeiro e operacional**

**Arrendamento mercantil** é um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado.

**Arrendamento mercantil financeiro** é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido.

**Arrendamento mercantil operacional** é um arrendamento mercantil diferente de um arrendamento mercantil financeiro.

O objetivo deste é estabelecer, **para arrendatários e arrendadores**, políticas contábeis a aplicar em relação a arrendamentos mercantis.

Antes da Lei 11.638/07, ambos eram classificados como despesa na arrendatária no momento do vencimento das respectivas prestações, o argumento, antes era o fato de a mesma não possuir o título de propriedade.

Debito – Despesas com arrendamento mercantil

Credito – Financiamento Leasing (curto prazo)

A partir de então mudou, pois, o artigo 179 da Lei 6.404/76, alterado pela Lei 11.638/07 inciso IV, menciona que deve fazer parte do ativo imobilizado “*os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações* ***que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens”.***

A Lei em consonância com as regas internacionais, a classificação contábil a essência deve se sobrepor à norma.

**Classificação Arrendamento Mercantil Financeiro**

CPC 06 item 4 e 11

1. Transfere a propriedade para o arrendatário no fim do prazo contratual
2. O arrendatário tem a opção de compra por um preço mais baixo ao valor justo na época
3. O prazo do arrendamento refere-se à maior parte da vida econômica do ativo mesmo que a propriedade não seja transferida
4. O valor residual, valor presente, é exercido no arrendamento no início do contrato
5. O ativo é específico apenas para o arrendatário
6. As perdas do cancelamento por parte do arrendatário serão suportadas por ele
7. Os ganhos e perdas da flutuação no valor justo são atribuídos ao arrendatário
8. O arrendatário poderá continuar com o arrendamento ao final por preço inferior ao mercado

**Classificação Arrendamento Mercantil Operacional**

1. Seus riscos e benefícios permanecem no arrendador (item 8)
   1. Arrendamento de terrenos, vida útil indefinida, não sofre depreciação (item 15)
   2. Edificações tem vida útil definida, arrendamento financeiro
   3. Exceto os dois não ter separação pelo contrato
   4. Houver a transmissão de propriedade ao final do contrato

**Contabilização do arrendamento financeiro no arrendatário**

1. Registrar a contabilização na data do início da transferência do direito de uso do bem
2. O valor será igual ao valor justo do bem arrendado ou, se for inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento (item 20)
   1. Registrar o valor justo ou o valor presente, dos dois o menor
   2. A taxa para cálculo do valor presente é a taxa de juros implícita no contrato
3. Havendo outros custos diretos iniciais devem ser adicionados ao registro
4. No passivo, registrar no curto e longo prazo, conforme o prazo de pagamento
   1. Separar no passivo o valor dos juros a transcorrer como conta redutora
   2. Os encargos financeiros são reconhecidos pelo regime de competência como despesa financeira (item 25, CPC 06)
   3. Taxa dos juros financeiros conf. Contrato pró rata, exponencial
5. Pagamentos contingentes lançados em despesas não alterando o passivo e ativo
6. Reconhecer a depreciação conforme CPC 06 item 27
7. Reconhecer o teste de Impairment para verificar se o mesmo está desvalorizado

Exemplo: A Cooperativa (arrendatária) arrendou, um veículo:

Prestação mensal R$1.500,00 prazo de 36 meses, valor residual garantido em R$500,00, taxa de juros implícita no contrato de 1,5% ao mês.

A vida útil do veículo é de 5 anos, o valor justo do veículo é de R$45.000,00 e o valor presente R$42.000,00. Portanto o valor presente é inferior e será registrado na contabilidade. Valor residual de R$4.500,00 no final do período de 5 anos.

Valor presente líquido em Excel =VPL (C6;C7:C42) onde C6 é a taxa em % no período, C7 a C42 os valores líquidos do fluxo de caixa.

Para descapitalizar em Excel = C7/ (1+B2) ^A7 onde C7 o valor a ser descapitalizado e B2 a taxa em % ^ elevado a A7 ao período

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | Débito | Crédito |
| Veículo arrendado (arrendamento financeiro) - Ativo  Encargos Financeiros a Transcorrer – Passivo Circulante  Encargos Financeiros a Transcorrer – Passivo não Circulante  a Financiamento por Arrendamento Financeiro – Passivo Circulante  a Financiamento por Arrendamento Financeiro – Passivo não Circulante | 42.000,00  1.638,74  10.361,26 | 18.000,00  36.000,00 |
| Financiamento por Arrendamento Financeiro – Passivo Circulante  a Caixa / Bancos – Ativo  Pelo pagamento da primeira parcela | 1.500,00 | 1.500,00 |
| Financiamento por Arrendamento Financeiro – Passivo não Circulante  a Financiamento por Arrendamento Financeiro – Passivo Circulante  Pela transferência do longo para o curto prazo | 1.500,00 | 1.500,00 |
| Despesa Financeira  a Encargos Financeiros a Transcorrer – Passivo Circulante  Pelo reconhecimento da despesa financeira por competência | 22,17 | 22,17 |
| Financiamento por Arrendamento Financeiro – Passivo não Circulante  a Financiamento por Arrendamento Financeiro – Passivo Circulante  Pela transferência do longo para o curto prazo | 263,96 | 263,96 |
| Despesa de Depreciação  a Depreciação Acumulada de Veículos Arrendados  Pela depreciação no período de veículos arrendados | 625,00 | 625,00 |

**Reflexos tributários da utilização do arrendamento**

Das despesas com Leasing, são gerados créditos de PIS e COFINS, independente do setor da empresa que o bem será utilizado, os quais são calculados sobre o valor da despesa prevista no contrato de leasing.

O leasing financeiro, assim entendido no CPC tem tratamento diferenciado no LALUR, será ajustado, adicionando o valor da depreciação referente ao bem contabilizado com Ativo Imobilizado e o valor do pagamento mensal como exclusão no LALUR. A partir deste registro é reconhecido o credito do PIS e da CONFIS para o regime não cumulativo.

Lei 10.833, de 2003. Art. 3 Do valor apurado na forma do art. 2o a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

V - valor das contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoa jurídica.

O valor do bem arrendado é depreciado, conforme CPC, porém, de acordo com as Leis 11.638/07 e 11.941/09, o valor referente aos encargos de depreciação deverá ser adicionado como “indedutível” na base de cálculo de IRPJ e CSLL, pois a mudança nos critérios contábeis não poderia mudar o tratamento tributário das operações vigentes em 31.12.2007. Ou seja, no contrato de leasing a dedutibilidade é da despesa com leasing e não o encargo de depreciação daquele bem que foi contabilizado como se fosse uma compra. Assim, o valor da despesa com leasing será excluído na base de cálculo da CSLL e do IRPJ.

Contudo, todo o crédito de PIS e COFINS recuperado nessa operação terá aproveitamento via DACON ou EFD-Contribuições, conforme o caso.

**Tratamento para as pequenas e médias empresa no CPC’s 27**

É o mesmo para todas as empresas exceto para:

Valor residual, a vida útil e o método de depreciação ser revisto apenas quando existir uma indicação relevante de alteração, isto é, não necessitar ser revisto anualmente.

**Aspectos tributários do ICMS PIS, COFINS nas aquisições de imobilizado**

ICMS – O direito ao crédito do valor do ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado está condicionado sua efetiva utilização na produção e/ou comercialização de mercadorias ou à prestação de serviços tributada pelo ICMS.

Na aquisição de partes e peças destinadas ao ativo imobilizado, a possibilidade do crédito está na distinção entre peças que se caracterizam como ativo e peças que, embora destinadas ao ativo, são consideradas despesas ou custo do produto. Na condição de despesa ou custo de produção não caracteriza como ativo imobilizado e sim para o tributo como uso e consumo, não terá o direito ao credito do ICMS.

Para as peças em que estão em condição de ativo imobilizado, na aquisição o credito do ICMS será aproveitado.

**Apuração do ICMS do ativo imobilizado**

1. O valor do credito será acumulado mensalmente e registrado para aproveitamento
2. O ICMS do Ativo Imobilizado será creditado na apuração na proporção de 1/48 por mês.
   1. Proporcional às saídas tributadas o valor do credito
   2. E, estornado na proporção das saídas isentas ou não tributadas
3. Na baixa do imobilizado o excedente de ICMS é estornado

**Crédito PIS/Cofins**

O inciso VI do art. 3º das Leis nº 10.833 de 2003 e 10.637 de 2002 autorizam à pessoa jurídica sujeita à apuração da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS pelo regime não-cumulativo, que constituam crédito sobre a depreciação ou amortização de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda, ou na prestação de serviços.

Esse crédito deve ser tomado mensalmente. Vê-se que a aquisição de bens para o ativo imobilizado, por si só, não gera o direito ao crédito de PIS/PASEP e COFINS. O que possibilita a tomada de créditos é a depreciação ou a amortização desses bens incorrida no mês (§ 1º inciso III do art. 3º das Leis 10833 de 2003 e 10637 de 2002). Outra observação que deve ser feita, é que pela letra da lei, a depreciação de bens do ativo de empresa cuja atividade seja comercial, também não dá direito ao crédito, pois a legislação abrange somente as atividades de fabricação de produtos destinados à venda (indústria), a prestação de serviços, e a locação de bens a terceiros.

Opcionalmente, esse crédito poderá ser calculado no prazo **de quatro anos**, mediante a aplicação, a cada mês, das alíquotas referentes ao crédito (normalmente 1,65% e 7,6%) sobre o valor correspondente a 1/48 do valor de aquisição do bem. Caso a pessoa jurídica faça opção por esse cálculo, deixa-se de tomar o crédito sobre a depreciação ou amortização e passa-se a constituir o crédito sobre 1/48 do valor do bem.

**Construções de Edificação**

Pela depreciação, 25 anos, pela quota 1/48, base Lei 10833, e 1/24 (um vinte e quatro avos) do valor de aquisição ou construção de edificação incorporada ao ativo imobilizado, adquiridas ou construídas para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços. (bem tenha sido adquirido após 1º de outubro de 2004, e que esteja relacionado nos Decretos nº 4955 e 5173 de 2004).

Para determinação da base de cálculo dos créditos, no custo de aquisição ou construção da edificação **não se inclui o valor**:

– de terrenos;

– de mão de obra paga a pessoa física e;

– da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento das contribuições em decorrência de imunidade, não incidência, suspensão ou alíquota 0 (zero) do PIS/Pasep e da Cofins.

**Imposto de Renda da Pessoa Jurídica**

**Demonstrativo do ajuste no LALUR Depreciação Fiscal x Depreciação Contábil**

| **Imobilizado** | **VR. Cont.** | **Depr. Econôm. Anos / Depr.** | **Depr. Fiscal Anos / Depr.** | **Ajuste Lalur (Diferença)** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Computador | 3.000,00 | 2 / 125,00 | 5 / 50,00 | + 75,00 |
| Veículo Diretoria | 60.000,00 | 10 / 500,00 | 5 / 1.000,00 | - 500,00 |
| Veículo Vendedor | 30.000,00 | 2 / 1.250,00 | 5 / 500,00 | + 750,00 |
| Maquinismos | 90.000,00 | 15 / 500,00 | 10 / 750,00 | - 250,00 |
| Caminhão | 81.000,00 | 8 / 843,75 | 5 / 1.350,00 | - 506,25 |
| **Total Deprec.** |  | **3.218,75** | **3.650,00** | **431,25** |

“As diferenças no cálculo da depreciação de bens do ativo imobilizado decorrentes do disposto no § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404, de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 2009, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

O contribuinte deverá efetuar o ajuste dessas diferenças no Fcont e, consequentemente, proceder ao ajuste específico no Lalur, para considerar o valor do encargo de depreciação correspondente à diferença entre o encargo de depreciação apurado considerando a legislação tributária e o valor do encargo de depreciação registrado em sua contabilidade comercial. ”

**Algumas funções da gestão de controle do ativo imobilizado:**

* Maximização do retorno sobre o investimento realizado nos ativos imobilizados da empresa;
* Evitar investimentos desnecessários;
* Respaldar as informações geradas em relação à realidade fática da empresa (para fins de sucessão, fusão, cisão ou incorporação);
* Subsidiar a tomada de decisões;
* Atender às exigências de bancos (para aquisição de crédito);
* Comprovar condições técnicas e financeiras para participação em procedimentos licitatórios;
* Possibilitar a consolidação de uma joint venture (parceria de caráter temporário com outras empresas do mesmo setor, sem que nenhuma das envolvidas perca sua personalidade jurídica);
* Possibilitar a gestão do risco de eventuais sinistros, de modo a listar em cada ano os bens que devem ser segurados;
* Deemed Cost (atribuição de custo) deve ser contabilizado no Patrimônio Líquido (na conta denominada “Ajustes de Avaliação Patrimonial”). Essa espécie de “reavaliação” de bens (capaz de aumentar ou reduzir seu valor) pode modificar radicalmente a ótica que a empresa tem de si mesma, o que culmina na mudança de curso de algumas decisões estratégicas.

[Gerenciamento de ativo imobilizado](http://http/www.planconsult.com.br/) pode realizar, entre outras atividades:

* Inventário físico (permitindo o controle patrimonial eficiente por meio de emplaquetamento e registro subsequente, avaliação correta dos ativos e redução de desperdício);
* Integração plena entre contabilidade e manutenção;
* Avaliação de ativos fixos e intangíveis;
* Análise provisional dos ativos fixos por natureza;
* Alinhamento da empresa aos padrões nacionais e internacionais, tais como IFRS, CPCs, iCPCs, entre outros;
* Estudos de Impairment (redução ao valor recuperável de ativos);
* Controle patrimonial da movimentação de bens durante obras ou execução de projetos;
* Correção dos registros em caso de inconsistência dos seus registros;
* **Implantação de procedimentos**, processos e rotinas patrimoniais, de modo a satisfazer as necessidades específicas no controle interno de cada cliente;
* Cálculos de vida útil econômica, valor residual e valor de reposição;
* Cálculos da depreciação corrente e depreciação acumulada;
* Implementação do processo completo de conciliação contábil;
* Uma política formal e eficaz no controle de ativos fixos

**ANEXOS **

**COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS**

**PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 27**

**Ativo Imobilizado**

**Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16**

**Objetivo**

1. O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

**Alcance**

2. Este Pronunciamento deve ser aplicado na contabilização de ativos imobilizados, exceto quando outro Pronunciamento exija ou permita tratamento contábil diferente.

3. Este Pronunciamento não se aplica a:

(a) ativos imobilizados classificados como mantidos para venda de acordo com o CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada;

(b) ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola que não sejam plantas portadoras

(ver o CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola). Este pronunciamento aplica-se às plantas portadoras, mas não se aplica aos produtos dessas plantas portadoras; (Alterada pela Revisão CPC 08)

(c) reconhecimento e mensuração de ativos de exploração e avaliação (ver o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, quando emitido); (Alterada pela Revisão CPC 08)

(d) direitos sobre jazidas e reservas minerais tais como petróleo, gás natural, carvão mineral, dolomita e recursos não renováveis semelhantes.

Contudo, este Pronunciamento aplica-se aos ativos imobilizados usados para desenvolver ou manter os ativos descritos nas alíneas (b) a (d).

4. Outros Pronunciamentos podem exigir o reconhecimento de item do ativo imobilizado com base em abordagem diferente da usada neste Pronunciamento. Por exemplo, o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil exige que a entidade avalie o reconhecimento de item do ativo imobilizado arrendado com base na transferência dos riscos e benefícios. Porém, em tais casos, outros aspectos do tratamento contábil para esses ativos, incluindo a depreciação, são prescritos por este Pronunciamento.

5. A entidade que use o modelo de custo para propriedade para investimento em conformidade com o CPC 28 – Propriedade para Investimento deve usar o modelo de custo deste Pronunciamento.

**Definições - Apresentados no início da apostila**

**Reconhecimento**

7. O custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se:

(a) for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e (b) o custo do item puder ser mensurado confiavelmente.

8. Sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período. Da mesma forma, se puderem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado, também são contabilizados como ativo imobilizado.

9. Este Pronunciamento não prescreve a unidade de medida para o reconhecimento, ou seja, aquilo que constitui um item do ativo imobilizado. Assim, é necessário exercer julgamento ao aplicar os critérios de reconhecimento às circunstâncias específicas da entidade. Pode ser apropriado agregar itens individualmente insignificantes, tais como moldes, ferramentas e bases, e aplicar os critérios ao valor do conjunto.

10. A entidade avalia segundo esse princípio de reconhecimento todos os seus custos de ativos imobilizados no momento em que eles são incorridos. Esses custos incluem custos incorridos inicialmente para adquirir ou construir um item do ativo imobilizado e os custos incorridos posteriormente para renová-lo, substituir suas partes, ou dar manutenção ao mesmo.

**Custos iniciais**

11. Itens do ativo imobilizado podem ser adquiridos por razões de segurança ou ambientais. A aquisição de tal ativo imobilizado, embora não aumentando diretamente os futuros benefícios econômicos de qualquer item específico já existente do ativo imobilizado, pode ser necessária para que a entidade obtenha os benefícios econômicos futuros dos seus outros ativos. Esses itens do ativo imobilizado qualificam-se para o reconhecimento como ativo porque permitem à entidade obter benefícios econômicos futuros dos ativos relacionados acima dos benefícios que obteria caso não tivessem adquirido esses itens. Por exemplo, uma indústria química pode instalar novos processos químicos de manuseamento a fim de atender às exigências ambientais para a produção e armazenamento de produtos químicos perigosos; os melhoramentos e as benfeitorias nas instalações são reconhecidos como ativo porque, sem eles, a entidade não estaria em condições de fabricar e vender tais produtos químicos.

Entretanto, o valor contábil resultante desse ativo e dos ativos relacionados deve ter a redução ao valor recuperável revisada de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

**Custos subsequentes**

12. Segundo o princípio de reconhecimento do item 7, a entidade não reconhece no valor contábil de um item do ativo imobilizado os custos da manutenção periódica do item. Pelo contrário, esses custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os custos da manutenção periódica são principalmente os custos de mão-de-obra e de produtos consumíveis, e podem incluir o custo de pequenas peças. A finalidade desses gastos é muitas vezes descrita como sendo para “reparo e manutenção” de item do ativo imobilizado.

13. Partes de alguns itens do ativo imobilizado podem requerer substituição em intervalos regulares. Por exemplo, um forno pode requerer novo revestimento após um número específico de horas de uso; ou o interior dos aviões, como bancos e equipamentos internos, pode exigir substituição diversas vezes durante a vida da estrutura. Itens do ativo imobilizado também podem ser adquiridos para efetuar substituição recorrente menos frequente, tal como a substituição das paredes interiores de edifício, ou para efetuar substituição não recorrente. Segundo o princípio de reconhecimento do item 7, a entidade reconhece no valor contábil de um item do ativo imobilizado o custo da peça reposta desse item quando o custo é incorrido se os critérios de reconhecimento forem atendidos. O valor contábil das peças que são substituídas é baixado de acordo com as disposições de baixa deste Pronunciamento (ver itens 67 a 72).

14. Uma condição para continuar a operar um item do ativo imobilizado (por exemplo, uma aeronave) pode ser a realização regular de inspeções importantes em busca de falhas, independentemente das peças desse item serem ou não substituídas. Quando cada inspeção importante for efetuada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como uma substituição se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer valor contábil remanescente do custo da inspeção anterior (distinta das peças físicas) é baixado. Isso ocorre independentemente do custo da inspeção anterior ter sido identificado na transação em que o item foi adquirido ou construído. Se necessário, o custo estimado de futura inspeção semelhante pode ser usado como indicador de qual é o custo do componente de inspeção existente, quando o item foi adquirido ou construído.

**Mensuração no reconhecimento**

15. Um item do ativo imobilizado que seja classificado para reconhecimento como ativo deve ser mensurado pelo seu custo.

**Elementos do custo**

16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende:

(a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;

(b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;

(c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

17. Exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

(a) custos de benefícios aos empregados (tal como definidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados) decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado;

(b) custos de preparação do local;

(c) custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação);

(d) custos de instalação e montagem;

(e) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo nesse local e condição (tais como amostras produzidas quando se testa o equipamento); e

(f) honorários profissionais.

18. A entidade aplica o CPC 16 – Estoques aos custos das obrigações de desmontagem, remoção e restauração do local em que o item está localizado que sejam incorridos durante determinado período como consequência de ter usado o item para produzir estoque durante esse período. As obrigações decorrentes de custos contabilizados de acordo com o CPC 16 ou este Pronunciamento são reconhecidas e mensuradas de acordo com o CPC 25 – Provisões e Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

19. Exemplos que não são custos de um item do ativo imobilizado são:

(a) custos de abertura de nova instalação;

(b) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);

(c) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e

(d) custos administrativos e outros custos indiretos.

20. O reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado cessa quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração. Portanto, os custos incorridos no uso ou na transferência ou reinstalação de um item não são incluídos no seu valor contábil, como, por exemplo, os seguintes custos:

(a) custos incorridos durante o período em que o ativo capaz de operar nas condições operacionais pretendidas pela administração não é utilizado ou está sendo operado a uma capacidade inferior à sua capacidade total;

(b) prejuízos operacionais iniciais, tais como os incorridos enquanto a demanda pelos produtos do ativo é estabelecida; e

(c) custos de realocação ou reorganização de parte ou de todas as operações da entidade.

21. Algumas operações realizadas em conexão com a construção ou o desenvolvimento de um item do ativo imobilizado não são necessárias para deixá-lo no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração. Essas atividades eventuais podem ocorrer antes ou durante as atividades de construção ou desenvolvimento. Por exemplo, o local de construção pode ser usado como estacionamento e gerar receitas, até que a construção se inicie. Como essas atividades não são necessárias para que o ativo fique em condições de funcionar no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração, as receitas e as despesas relacionadas devem ser reconhecidas no resultado e incluídas nas respectivas classificações de receita e despesa.

22. O custo de ativo construído pela própria empresa determina-se utilizando os mesmos princípios de ativo adquirido. Se a entidade produz ativos idênticos para venda no curso normal de suas operações, o custo do ativo é geralmente o mesmo que o custo de construir o ativo para venda (ver o CPC 16 – Estoques). Por isso, quaisquer lucros gerados internamente, são eliminados para determinar tais custos. De forma semelhante, o custo de valores anormais de materiais, de mão-de-obra ou de outros recursos desperdiçados incorridos na construção de um ativo não é incluído no custo do ativo. O CPC 20 – Custos de Empréstimos estabelece critérios para o reconhecimento dos juros como componente do valor contábil de um item do ativo imobilizado construído pela própria empresa.

22A. Plantas portadoras devem ser contabilizadas da mesma forma de um item do imobilizado construído pela própria entidade até o momento em que o ativo esteja no local e em condições operacionais pretendidas pela administração. Consequentemente, as referências a "construção" neste pronunciamento devem ser entendidas como abrangendo as atividades que são necessárias para cultivar as plantas portadoras até o momento em que estejam no local e em condições necessárias para produzir na forma pretendida pela administração. (Incluído pela Revisão CPC 08)

**Mensuração do custo**

23. O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como despesa com juros durante o período (ver os CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, principalmente seu item 9, e CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), a menos que seja passível de capitalização de acordo com o CPC 20 – Custos de Empréstimos.

24. Um ativo imobilizado pode ser adquirido por meio de permuta por ativo não monetário, ou conjunto de ativos monetários e não monetários. Os ativos objetos de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes. O texto a seguir refere-se apenas à permuta de ativo não monetário por outro; todavia, o mesmo conceito pode ser aplicado a todas as permutas descritas anteriormente. O custo de tal item do ativo imobilizado é mensurado pelo valor justo a não ser que (a) a operação de permuta não tenha natureza comercial ou (b) o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

25. A entidade deve determinar se a operação de permuta tem natureza comercial considerando até que ponto seus fluxos de caixa futuros serão modificados em virtude da operação. A operação de permuta tem natureza comercial se:

(a) a configuração (ou seja, risco, oportunidade e valor) dos fluxos de caixa do ativo recebido for diferente da configuração dos fluxos de caixa do ativo cedido; ou

(b) o valor específico para a entidade de parcela das suas atividades for afetado pelas mudanças resultantes da permuta; e

(c) a diferença em (a) ou (b) for significativa em relação ao valor justo dos ativos permutados.

Para determinar se a operação de permuta tem natureza comercial, o valor específico para a entidade da parcela das suas atividades afetada pela operação deve estar refletido nos fluxos de caixa após os efeitos da sua tributação. O resultado dessas análises pode ficar claro sem que a entidade realize cálculos detalhados.

26 O valor justo de um ativo é mensurável de forma confiável: (a) se a variabilidade da faixa de mensuração de valor justo razoável não for significativa ou (b) se as probabilidades de várias estimativas, dentro dessa faixa, puderem ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo. Caso a entidade seja capaz de mensurar com segurança tanto o valor justo do ativo recebido como do ativo cedido, então o valor justo do segundo deve ser usado para mensurar o custo do ativo recebido, a não ser que o valor justo do primeiro seja mais evidente. (Alterado pela Revisão CPC 03)

27. O custo de um item do ativo imobilizado mantido por arrendatário por operação de arrendamento mercantil financeiro é determinado de acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil.

28. O valor contábil de um item do ativo imobilizado pode ser reduzido por subvenções governamentais de acordo com o CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

**Mensuração após o reconhecimento**

29. Quando a opção pelo método de reavaliação for permitida por lei, a entidade deve optar pelo método de custo do item 30 ou pelo método de reavaliação do item 31 como sua política contábil e deve aplicar essa política a uma classe inteira de ativos imobilizados.

**Método do custo**

30. Após o reconhecimento como ativo, um item do ativo imobilizado deve ser apresentado ao custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas

(CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

**Método da reavaliação**

31. Após o reconhecimento como um ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente pode ser apresentado, se permitido por lei, pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes. A reavaliação deve ser realizada com suficiente regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não apresente divergência relevante em relação ao seu valor justo na data do balanço.

34. A frequência das reavaliações, se permitidas por lei, depende das mudanças dos valores justos do ativo imobilizado que está sendo reavaliado. Quando o valor justo de um ativo reavaliado difere materialmente do seu valor contábil, exige-se nova reavaliação. Alguns itens do ativo imobilizado sofrem mudanças voláteis e significativas no valor justo, necessitando, portanto, de reavaliação anual. Tais reavaliações frequentes são desnecessárias para itens do ativo imobilizado que não sofrem mudanças significativas no valor justo. Em vez disso, pode ser necessário reavaliar o item apenas a cada três ou cinco anos.

35. Quando um item do ativo imobilizado é reavaliado, o valor contábil do ativo deve ser ajustado para o valor reavaliado. Na data da reavaliação, o ativo deve ser tratado de uma das seguintes formas:

(a) o valor contábil bruto deve ser ajustado de forma que seja consistente com a reavaliação do valor contábil do ativo. Por exemplo, o valor contábil bruto pode ser ajustado em função dos dados de mercado observáveis, ou pode ser ajustado proporcionalmente à variação no valor contábil. A depreciação acumulada à data da reavaliação deve ser ajustada para igualar a diferença entre o valor contábil bruto e o valor contábil do ativo após considerar as perdas por desvalorização acumuladas; ou

(b) a depreciação acumulada é eliminada contra o valor contábil bruto do ativo.

O valor do ajuste da depreciação acumulada faz parte do aumento ou da diminuição no valor contábil registrado de acordo com os itens 39 e 40. (Alterado pela Revisão CPC 06)

36. Se o método de reavaliação for permitido por lei e um item do ativo imobilizado for reavaliado, toda a classe do ativo imobilizado à qual pertence esse ativo deve ser reavaliado.

37. Classe de ativo imobilizado é um agrupamento de ativos de natureza e uso semelhantes nas operações da entidade. São exemplos de classes individuais:

(a) terrenos;

(b) terrenos e edifícios;

(c) máquinas;

(d) navios;

(e) aviões;

(f) veículos a motor;

(g) móveis e utensílios; (Alterada pela Revisão CPC 08)

(h) equipamentos de escritório; e (Alterada pela Revisão CPC 08)

(i) plantas portadoras. (Incluída pela Revisão CPC 08)

38. Os itens de cada classe do ativo imobilizado são reavaliados simultaneamente, a fim de ser evitada a reavaliação seletiva de ativos e a divulgação de montantes nas demonstrações contábeis que sejam uma combinação de custos e valores em datas diferentes. Porém, uma classe de ativos pode ser reavaliada de forma rotativa desde que a reavaliação da classe de ativos seja concluída em curto período e desde que as reavaliações sejam mantidas atualizadas.

39. Se o valor contábil do ativo aumentar em virtude de reavaliação, esse aumento deve ser creditado diretamente à conta própria do patrimônio líquido. No entanto, o aumento deve ser reconhecido no resultado quando se tratar da reversão de decréscimo de reavaliação do mesmo ativo anteriormente reconhecido no resultado.

40. Se o valor contábil do ativo diminuir em virtude de reavaliação, essa diminuição deve ser reconhecida no resultado. No entanto, se houver saldo de reserva de reavaliação, a diminuição do ativo deve ser debitada diretamente ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de reavaliação, até o seu limite.

41. O saldo relativo à reavaliação acumulada do item do ativo imobilizado incluído no patrimônio líquido somente pode ser transferido para lucros acumulados quando a reserva é realizada. O valor total pode ser realizado com a baixa ou a alienação do ativo. Entretanto, parte da reserva pode ser transferida enquanto o ativo é usado pela entidade. Nesse caso, o valor da reserva a ser transferido é a diferença entre a depreciação baseada no valor contábil do ativo e a depreciação que teria sido reconhecida com base no custo histórico do ativo. As transferências para lucros acumulados não transitam pelo resultado.

42. Os efeitos do imposto de renda, se houver, resultantes da reavaliação do ativo imobilizado são reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

**Depreciação**

43. Cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciado separadamente.

44. A entidade aloca o valor inicialmente reconhecido de um item do ativo imobilizado aos componentes significativos desse item e os deprecia separadamente. Por exemplo, pode ser adequado depreciar separadamente a estrutura e os motores de aeronave, seja ela de propriedade da entidade ou obtida por meio de operação de arrendamento mercantil financeiro. De forma similar, se o arrendador adquire um ativo imobilizado que esteja sujeito a arrendamento mercantil operacional, pode ser adequado depreciar separadamente os montantes relativos ao custo daquele item que sejam atribuíveis a condições do contrato de arrendamento mercantil favoráveis ou desfavoráveis em relação a condições de mercado.

45. Um componente significativo de um item do ativo imobilizado pode ter a vida útil e o método de depreciação que sejam os mesmos que a vida útil e o método de depreciação de outro componente significativo do mesmo item. Esses componentes podem ser agrupados no cálculo da despesa de depreciação.

46. Conforme a entidade deprecia separadamente alguns componentes de um item do ativo imobilizado, também deprecia separadamente o remanescente do item. Esse remanescente consiste em componentes de um item que não são individualmente significativos. Se a entidade possui expectativas diferentes para essas partes, técnicas de aproximação podem ser necessárias para depreciar o remanescente de forma que represente fidedignamente o padrão de consumo e/ou a vida útil desses componentes.

47. A entidade pode escolher depreciar separadamente os componentes de um item que não tenham custo significativo em relação ao custo total do item.

48. A despesa de depreciação de cada período deve ser reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo.

49. A depreciação do período deve ser normalmente reconhecida no resultado. No entanto, por vezes os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são absorvidos para a produção de outros ativos. Nesses casos, a depreciação faz parte do custo de outro ativo, devendo ser incluída no seu valor contábil. Por exemplo, a depreciação de máquinas e equipamentos de produção é incluída nos custos de produção de estoque (ver o CPC 16 – Estoques). De forma semelhante, a depreciação de ativos imobilizados usados para atividades de desenvolvimento pode ser incluída no custo de um ativo intangível reconhecido de acordo com o CPC 04 – Ativo Intangível.

**Valor depreciável e período de depreciação**

50. O valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

51. O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

52. A depreciação é reconhecida mesmo que o valor justo do ativo exceda o seu valor contábil, desde que o valor residual do ativo não exceda o seu valor contábil. A reparação e a manutenção de um ativo não evitam a necessidade de depreciá-lo.

53. O valor depreciável de um ativo é determinado após a dedução de seu valor residual. Na prática, o valor residual de um ativo frequentemente não é significativo e por isso imaterial para o cálculo do valor depreciável.

54. O valor residual de um ativo pode aumentar. A despesa de depreciação será zero enquanto o valor residual subsequente for igual ou superior ao seu valor contábil.

55. A depreciação do ativo se inicia quando este está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração. A depreciação de um ativo deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda (ou incluído em um grupo de ativos classificado como mantido para venda de acordo com o CPC 31 – Ativo-Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada) ou, ainda, na data em que o ativo é baixado, o que ocorrer primeiro. Portanto, a depreciação não cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado do uso normal, a não ser que o ativo esteja totalmente depreciado. No entanto, de acordo com os métodos de depreciação pelo uso, a despesa de depreciação pode ser zero enquanto não houver produção.

56. Os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são consumidos pela entidade principalmente por meio do seu uso. Porém, outros fatores, tais como obsolescência técnica ou comercial e desgaste normal enquanto o ativo permanece ocioso, muitas vezes dão origem à diminuição dos benefícios econômicos que poderiam ter sido obtidos do ativo.

Consequentemente, todos os seguintes fatores são considerados na determinação da vida útil de um ativo:

(a) uso esperado do ativo que é avaliado com base na capacidade ou produção física esperadas do ativo;

(b) desgaste físico normal esperado, que depende de fatores operacionais tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparos e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;

(c) obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço derivado do ativo. Reduções futuras esperadas no preço de venda de item que foi produzido usando um ativo podem indicar expectativa de obsolescência técnica ou comercial do bem, que, por sua vez, pode refletir uma redução dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo; (Alterada pela Revisão CPC 08)

(d) limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos contratos de arrendamento mercantil relativos ao ativo.

57. A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode considerar a alienação de ativos após um período determinado ou após o consumo de uma proporção específica de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser menor do que a sua vida econômica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

58. Terrenos e edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente, mesmo quando sejam adquiridos conjuntamente. Com algumas exceções, como as pedreiras e os locais usados como aterro, os terrenos têm vida útil ilimitada e, portanto, não são depreciados. Os edifícios têm vida útil limitada e, por isso, são ativos depreciáveis. O aumento de valor de um terreno no qual um edifício esteja construído não afeta o valor contábil do edifício.

59. Se o custo do terreno incluir custos de desmontagem, remoção e restauração do local, essa porção do valor contábil do terreno é depreciada durante o período de benefícios obtidos ao incorrer nesses custos. Em alguns casos, o próprio terreno pode ter vida útil limitada, sendo depreciado de modo a refletir os benefícios a serem dele retirados.

**Método de depreciação**

60. O método de depreciação utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros.

61. O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão de consumo previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

62. Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para apropriar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil. Tais métodos incluem o método da linha reta, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas. A depreciação pelo método linear resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. O método dos saldos decrescentes resulta em despesa decrescente durante a vida útil. O método de unidades produzidas resulta em despesa baseada no uso ou produção esperados. A entidade seleciona o método que melhor reflita o padrão do consumo dos benefícios econômicos futuros esperados incorporados no ativo. Esse método é aplicado consistentemente entre períodos, a não ser que exista alteração nesse padrão.

62A. O método de depreciação que se baseia na receita que é gerada pela atividade que inclui a utilização de ativo não é apropriado. A receita gerada pela atividade que inclui o uso de ativo reflete geralmente outros fatores além do consumo dos benefícios econômicos do ativo. Por exemplo, a receita é afetada por outros insumos e processos, atividades de venda e mudanças nos volumes e preços de vendas. O componente de preço da receita pode ser afetado pela inflação, o que não tem qualquer influência sobre a maneira como o ativo é consumido. (Incluído pela Revisão CPC 08)

**Redução ao valor recuperável de ativos**

63. Para determinar se um item do ativo imobilizado está com parte de seu valor irrecuperável, a entidade aplica o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Esse Pronunciamento determina como a entidade deve revisar o valor contábil de seus ativos, como determinar o seu valor recuperável e quando reconhecer ou reverter perda por redução ao valor recuperável.

64. (Eliminado).

**Indenização de perda por desvalorização**

65. A indenização de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados deve ser reconhecida no resultado quando a indenização se tornar recebível.

66. Desvalorizações ou perdas de itens do ativo imobilizado, pagamentos ou reclamações relativas a indenizações de terceiros e qualquer aquisição ou construção posterior de ativos de substituição são eventos econômicos separados, contabilizados separadamente conforme abaixo:

(a) as desvalorizações de itens do ativo imobilizado são reconhecidas de acordo com o CPC 01;

(b) a baixa de itens do ativo imobilizado obsoletos ou alienados é determinada de acordo com este Pronunciamento;

(c) a indenização de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados é reconhecida no resultado quando a indenização se tornar recebível; e

(d) o custo de itens do ativo imobilizado restaurados, adquiridos ou construídos para reposição é determinado de acordo com este Pronunciamento.

**Baixa**

67. O valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado:

(a) por ocasião de sua alienação; ou

(b) quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.

68. Ganhos ou perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizado devem ser reconhecidos no resultado quando o item é baixado (a menos que o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil exija de outra forma em operação de venda e leaseback). Os ganhos não devem ser classificados como receita de venda.

68A. Entretanto, a entidade que, durante as suas atividades operacionais, normalmente vende itens do ativo imobilizado que eram mantidos para aluguel a terceiros deve transferir tais ativos para o estoque pelo seu valor contábil quando os ativos deixam de ser alugados e passam a ser mantidos para venda. Passam a ser considerados, daí para frente, como estoques e se sujeitam aos requisitos do CPC 16 – Estoques. As receitas advindas da venda de tais ativos devem ser reconhecidas como receita de acordo com o CPC 30 – Receitas. O CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada não se aplica quando os ativos que são mantidos para venda durante as atividades operacionais são transferidos para os estoques.

69. Existem várias formas de alienação de um item do ativo imobilizado (p. ex., venda, arrendamento mercantil financeiro ou doação). Para determinar a data da alienação do item, a entidade deve aplicar os critérios do CPC 30 – Receitas para reconhecer a receita advinda da venda de bens. O CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil aplica-se à alienação em operação de venda e leaseback.

70. Se, de acordo com o princípio do reconhecimento previsto no item 7, a entidade reconhecer no valor contábil de um item do ativo imobilizado o custo de substituição de parte do item, deve baixar o valor contábil da parte substituída, independentemente de a parte substituída estar sendo depreciada separadamente ou não. Se a apuração desse valor contábil não for praticável para a entidade, esta pode utilizar o custo de substituição como indicador do custo da parcela substituída na época em que foi adquirida ou construída.

71. Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizado devem ser determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação, se houver, e o valor contábil do item.

72. A importância a receber pela alienação de um item do ativo imobilizado deve ser reconhecida inicialmente pelo seu valor justo. Se esse pagamento for a prazo, a consideração recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo valor equivalente a vista (ver os CPC 12 – Ajuste a Valor Presente e CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). A diferença entre o valor nominal da remuneração e seu valor presente deve ser reconhecida como receita de juros, de acordo com o CPC 30 – Receitas, refletindo o efetivo rendimento do valor a receber.

**Divulgação**

73. As demonstrações contábeis devem divulgar, para cada classe de ativo imobilizado:

(a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;

(b) os métodos de depreciação utilizados;

(c) as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;

(d) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período; e

(e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando:

(i) adições;

(ii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em um grupo classificados como mantidos para venda de acordo com o CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e outras baixas;

(iii) aquisições por meio de combinações de negócios;

(iv) aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 31, 39 e 40 e perdas por redução ao valor recuperável de ativos reconhecidas ou revertidas diretamente no patrimônio líquido de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;

(v) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;

(vi) reversão de perda por redução ao valor recuperável de ativos, apropriada no resultado, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;

(vii) depreciações;

(viii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis da moeda funcional para a moeda de apresentação, incluindo a conversão de uma operação estrangeira para a moeda de apresentação da entidade; e

(ix) outras alterações.

74. As demonstrações contábeis também devem divulgar:

(a) a existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita, como os ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de obrigações e os adquiridos mediante operação de leasing conforme o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil;

(b) o valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção;

(c) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados; e

(d) se não for divulgada separadamente no corpo da demonstração do resultado, o valor das indenizações de terceiros por itens do ativo imobilizado que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluído no resultado.

75. A seleção do método de depreciação e a estimativa da vida útil dos ativos são questões de julgamento. Por isso, a divulgação dos métodos adotados e das estimativas das vidas úteis ou das taxas de depreciação fornece aos usuários das demonstrações contábeis informação que lhes permite revisar as políticas selecionadas pela administração e facilita comparações com outras entidades. Por razões semelhantes, é necessário divulgar:

(a) a depreciação, quer reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período; e

(b) a depreciação acumulada no final do período.

76. De acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a entidade deve divulgar a natureza e o efeito de uma mudança de estimativa contábil que tenha impacto no período corrente ou em períodos subsequentes. Relativamente aos ativos imobilizados, tal divulgação pode resultar de mudanças de estimativas relativas a:

(a) valores residuais;

(b) custos estimados de desmontagem, remoção ou restauração de itens do ativo imobilizado;

(c) vidas úteis; e

(d) métodos de depreciação.

77. Caso os itens do ativo imobilizado sejam contabilizados a valores reavaliados, quando isso for permitido legalmente, a entidade deve divulgar, além das divulgações exigidas pelo CPC 46, o seguinte: (Alterado pela Revisão CPC 03)

(c) os métodos e premissas significativos aplicados à estimativa do valor justo dos itens;

(d) o valor justo dos itens foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo ou baseado em transações de mercado realizadas sem favorecimento entre as partes ou se foi estimado usando outras técnicas de avaliação;

(e) cada classe de ativo imobilizado reavaliado, o valor contábil que teria sido reconhecido se os ativos tivessem sido contabilizados de acordo com o método de custo; e

(f) a reserva de reavaliação, indicando a mudança do período e quaisquer restrições na distribuição do saldo aos acionistas.

78. De acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a entidade deve divulgar informações sobre ativos imobilizados que perderam o seu valor, além das informações exigidas no item 73(e)(iv)-(vi).

79. Os usuários das demonstrações contábeis também podem entender que as informações seguintes são relevantes para as suas necessidades:

(a) o valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso;

(b) o valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação;

(c) o valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso ativo e não classificados como mantidos para venda de acordo com o CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada; e

(d) o valor justo do ativo imobilizado quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método do custo.

Por isso, as entidades são encorajadas a divulgar esses valores.

**Disposição transitória**

80. Os requisitos dos itens 24 a 26, relativos à mensuração inicial de item do ativo imobilizado adquirido mediante permuta de ativos, devem ser aplicados prospectivamente apenas a transações após a adoção deste Pronunciamento Técnico pela entidade.

80A. Eliminado.

80B. No período em que são aplicadas, pela primeira vez, as alterações pertinentes a plantas portadoras, a entidade não precisa divulgar as informações quantitativas exigidas pelo item

28(f) do CPC 23 para o período atual. No entanto, a entidade deve apresentar as informações quantitativas exigidas pelo item 28(f) do CPC 23 para cada período anterior apresentado.

(Incluído pela Revisão CPC 08)

80C. A entidade pode optar por mensurar um item de plantas portadoras pelo seu valor justo no início do período mais antigo apresentado nas demonstrações contábeis relativas ao período de reporte em que a entidade aplicar as alterações pertinentes a plantas portadoras pela primeira vez e usar esse valor justo como custo atribuído (deemed cost) nessa data. Qualquer diferença entre o valor contábil anterior e o valor justo deve ser reconhecida em lucros acumulados no início do período mais antigo apresentado. (Incluído pela Revisão CPC 08)

Receita Federal

# *Normas - Sistema Gestão da Informação*

**Visão Anotada**

Parte superior do formulário

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 162, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1998**

(Publicado(a) no DOU de 07/01/1999, seção , pág. 5)

Fixa prazo de vida útil e taxa de depreciação dos bens que relaciona.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 253, § 1°, do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto n° 1.041, de 11 de janeiro de 1994, resolve:

Art. 1° A quota de depreciação a ser registrada na escrituração da pessoa jurídica, como custo ou despesa operacional, será determinada com base nos prazos de vida útil e nas taxas de depreciação constantes dos anexos:

I - Anexo I: bens relacionados na Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM;

II - Anexo II: demais bens.

Art. 2° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EVERARDO MACIEL

ANEXO I

[Anexo I.pdf](http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/anexoOutros.action?idArquivoBinario=36085)

[Anexo I.pdf](http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/anexoOutros.action?idArquivoBinario=36087) [(Redação dada pelo(a) Instrução Normativa SRF nº 130, de 10 de novembro de 1999)](http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=14884#795010)

ANEXO II

[Anexo II.pdf](http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/anexoOutros.action?idArquivoBinario=36086)

Parte inferior do formulário

**ANEXO I**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Referência NCM** | **Bens** | **Prazo de vida útil (anos)** | **Taxa anual de depreciação** |
| Capítulo 01 | ANIMAIS VIVOS |  |  |
| 0101 | ANIMAIS VIVOS DAS ESPÉCIES CAVALAR, ASININA E MUAR | 5 | 20 % |
| 0102 | ANIMAIS VIVOS DA ESPÉCIE BOVINA | 5 | 20 % |
| 0103 | ANIMAIS VIVOS DA ESPÉCIE SUÍNA | 5 | 20 % |
| 0104 | ANIMAIS VIVOS DAS ESPÉCIES OVINA E CAPRINA | 5 | 20 % |
| 0105 | GALOS, GALINHAS, PATOS, GANSOS, PERUS, PERUAS E GALINHAS-D’ANGOLA (PINTADAS), DAS ESPÉCIES DOMÉSTICAS, VIVOS | 2 | 50 % |
| Capítulo 39 | OBRAS DE PLÁSTICOS |  |  |
| 3923 | ARTIGOS DE TRANSPORTE OU DE EMBALAGEM, DE PLÁSTICOS |  |  |
| 3923.10 | -Caixas, caixotes, engradados e artigos semelhantes | 5 | 20 % |
| 3923.30 | -Garrafões, garrafas, frascos e artigos semelhantes | 5 | 20 % |
| 3923.90 | -Outros vasilhames | 5 | 20 % |
| 3926 | OUTRAS OBRAS DE PLÁSTICOS E OBRAS DE OUTRAS MATÉRIAS DAS POSIÇÕES 3901 A 3914 |  |  |
| 3926.90 | Correias de transmissão e correias transportadoras | 2 | 50 % |
| 3926.90 | Artigos de laboratório ou de farmácia | 5 | 20 % |
| Capítulo 40 | OBRAS DE BORRACHA |  |  |
| 4010 | CORREIAS TRANSPORTADORAS OU DE TRANSMISSÃO, DE BORRACHA VULCANIZADA | 2 | 50 % |
| Capítulo 42 | OBRAS DE COURO |  |  |
| 4204 | Correias transportadoras ou correias de transmissão | 2 | 50 % |
| Capítulo 44 | OBRAS DE MADEIRA |  |  |
| 4415 | CAIXOTES, CAIXAS, ENGRADADOS, BARRICAS E EMBALAGENS SEMELHANTES, DE MADEIRA; CARRETÉIS PARA CABOS, DE MADEIRA; PALETES SIMPLES, PALETES-CAIXAS E OUTROS ESTRADOS PARA CARGA, DE MADEIRA; TAIPAIS DE PALETES, DE MADEIRA | 5 | 20 % |
| 4416 | BARRIS, CUBAS, BALSAS, DORNAS, SELHAS E OUTRAS OBRAS DE TANOEIRO | 5 | 20 % |
| Capítulo 57 | TAPETES E OUTROS REVESTIMENTOS PARA PAVIMENTOS, DE MATÉRIAS TÊXTEIS | 5 | 20 % |
| 5910.00 (IN SRF 130/99) | CORREIAS TRANSPORTADORAS OU DE TRANSMISSÃO, DE MATÉRIAS TÊXTEIS, MESMO IMPREGNADAS, REVESTIDAS OU RECOBERTAS, DE PLÁSTICO, OU ESTRATIFICADAS COM PLÁSTICO OU REFORÇADAS COM METAL OU COM OUTRAS MATÉRIAS | 2 | 50% |
| Capítulo 63 | OUTROS ARTEFATOS TÊXTEIS CONFECCIONADOS |  |  |
| 6303 | CORTINADOS, CORTINAS E ESTORES; SANEFAS E ARTIGOS SEMELHANTES PARA CAMAS PARA USO EM HOTÉIS E HOSPITAIS | 5 | 20 % |
| 6305 | SACOS DE QUAISQUER DIMENSÕES, PARA EMBALAGEM | 5 | 20 % |
| 6306 | ENCERADOS E TOLDOS; TENDAS; VELAS PARA EMBARCAÇÕES, PARA PRANCHAS À VELA OU PARA CARROS À VELA; ARTIGOS PARA ACAMPAMENTO | 4 | 25 % |
| Capítulo 69 | PRODUTOS CERÂMICOS |  |  |
| 6909 | APARELHOS E ARTEFATOS PARA USOS QUÍMICOS OU PARA OUTROS USOS TÉCNICOS, DE CERÂMICA; ALGUIDARES, GAMELAS E OUTROS RECIPIENTES SEMELHANTES PARA USOS RURAIS, DE CERÂMICA; BILHAS E OUTRAS VASILHAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM, DE CERÂMICA | 5 | 20 % |
| Capítulo 70 | OBRAS DE VIDRO |  |  |
| 7010 | GARRAFÕES, GARRAFAS, FRASCOS, BOIÕES, VASOS, EMBALAGENS TUBULARES, AMPOLAS E OUTROS RECIPIENTES, DE VIDRO, PRÓPRIOS PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM; BOIÕES DE VIDRO PARA CONSERVA | 5 | 20 % |
| Capítulo 73 | OBRAS DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO |  |  |
| 7308 | CONSTRUÇÕES, DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO, EXCETO AS CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS DA POSIÇÃO 9406 |  |  |
| 7308.10 | -Pontes e elementos de pontes | 25 | 4 % |
| 7308.20 | -Torres e pórticos | 25 | 4 % |
| 7309 | RESERVATÓRIOS, TONÉIS, CUBAS E RECIPIENTES SEMELHANTES PARA QUAISQUER MATÉRIAS (EXCETO GASES COMPRIMIDOS OU LIQUEFEITOS), DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO, DE CAPACIDADE SUPERIOR A 300 LITROS, SEM DISPOSITIVOS MECÂNICOS OU TÉRMICOS, MESMO COM REVESTIMENTO INTERIOR OU CALORÍFUGO | 10 | 10 % |
| 7311 | RECIPIENTES PARA GASES COMPRIMIDOS OU LIQUEFEITOS, DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO | 5 | 20 % |
| 7321 | AQUECEDORES DE AMBIENTES (FOGÕES DE SALA), CALDEIRAS DE FORNALHA, FOGÕES DE COZINHA (INCLUÍDOS OS QUE POSSAM SER UTILIZADOS ACESSORIAMENTE NO AQUECIMENTO CENTRAL), CHURRASQUEIRAS (GRELHADORES), BRASEIRAS, FOGAREIROS A GÁS, AQUECEDORES DE PRATOS, E APARELHOS NÃO ELÉTRICOS SEMELHANTES, DE USO DOMÉSTICO, DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO | 10 | 10 % |
| 7322 | RADIADORES PARA AQUECIMENTO CENTRAL, NÃO ELÉTRICOS, DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO; GERADORES E DISTRIBUIDORES DE AR QUENTE (INCLUÍDOS OS DISTRIBUIDORES QUE POSSAM TAMBÉM FUNCIONAR COMO DISTRIBUIDORES DE AR FRIO OU CONDICIONADO), NÃO ELÉTRICOS, MUNIDOS DE VENTILADOR OU FOLE COM MOTOR, DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO | 10 | 10 % |
| Capítulo 76 | OBRAS DE ALUMÍNIO |  |  |
| 7610 | CONSTRUÇÕES DE ALUMÍNIO | 25 | 4 % |
| 7611 | RESERVATÓRIOS, TONÉIS, CUBAS E RECIPIENTES SEMELHANTES PARA QUAISQUER MATÉRIAS (EXCETO GASES COMPRIMIDOS OU LIQUEFEITOS), DE ALUMÍNIO, DE CAPACIDADE SUPERIOR A 300 LITROS, SEM DISPOSITIVOS MECÂNICOS OU TÉRMICOS, MESMO COM REVESTIMENTO INTERIOR OU CALORÍFUGO | 10 | 10 % |
| 7613 | RECIPIENTES PARA GASES COMPRIMIDOS OU LIQUEFEITOS, DE ALUMÍNIO | 5 | 20 % |
| Capítulo 82 | FERRAMENTAS |  |  |
| 8201 | PÁS, ALVIÕES, PICARETAS, ENXADAS, SACHOS, FORCADOS E FORQUILHAS, ANCINHOS E RASPADEIRAS; MACHADOS, PODÕES E FERRAMENTAS SEMELHANTES COM GUME; TESOURAS DE PODAR DE TODOS OS TIPOS; FOICES E FOICINHAS, FACAS PARA FENO OU PARA PALHA, TESOURAS PARA SEBES, CUNHAS E OUTRAS FERRAMENTAS MANUAIS PARA AGRICULTURA, HORTICULTURA OU SILVICULTURA | 5 | 20 % |
| 8202 | SERRAS MANUAIS; FOLHAS DE SERRAS DE TODOS OS TIPOS (INCLUÍDAS AS FRESAS-SERRAS E AS FOLHAS NÃO DENTADAS PARA SERRAR) | 5 | 20 % |
| 8203 | LIMAS, GROSAS, ALICATES (MESMO CORTANTES), TENAZES, PINÇAS, CISALHAS PARA METAIS, CORTA-TUBOS, CORTA-PINOS, SACA-BOCADOS E FERRAMENTAS SEMELHANTES, MANUAIS |  |  |
| 8203.20 | -Alicates (mesmo cortantes), tenazes, pinças e ferramentas semelhantes | 5 | 20 % |
| 8203.30 | -Cisalhas para metais e ferramentas semelhantes | 5 | 20 % |
| 8203.40 | -Corta-tubos, corta-pinos, saca-bocados e ferramentas semelhantes | 5 | 20 % |
| 8204 | CHAVES DE PORCAS, MANUAIS (INCLUÍDAS AS CHAVES DINAMOMÉTRICAS); CHAVES DE CAIXA INTERCAMBIÁVEIS, MESMO COM CABOS | 5 | 20 % |
| 8205 | FERRAMENTAS MANUAIS (INCLUÍDOS OS CORTA-VIDROS) NÃO ESPECIFICADAS NEM COMPREENDIDAS EM OUTRAS POSIÇÕES, LAMPARINAS OU LÂMPADAS DE SOLDAR (MAÇARICOS) E SEMELHANTES; TORNOS DE APERTAR, SARGENTOS E SEMELHANTES, EXCETO OS ACESSÓRIOS OU PARTES DE MÁQUINAS-FERRAMENTAS; BIGORNAS; FORJAS-PORTÁTEIS; MÓS COM ARMAÇÃO, MANUAIS OU DE PEDAL | 5 | 20 % |
| 8206 | FERRAMENTAS DE PELO MENOS DUAS DAS POSIÇÕES 8202 A 8205 | 5 | 20 % |
| 8207 (IN SRF 130/99) | FERRAMENTAS INTERCAMBIÁVEIS PARA FERRAMENTAS MANUAIS, MESMO MECÂNICAS, OU PARA MÁQUINAS-FERRAMENTAS (POR EXEMPLO: DE EMBUTIR, ESTAMPAR, PUNCIONAR, ROSCAR, FURAR, MANDRILAR, BROCHAR, FRESAR, TORNEAR, APARAFUSAR), INCLUÍDAS AS FIEIRAS DE ESTIRAGEM OU DE EXTRUSÃO, PARA METAIS, E AS FERRAMENTAS DE PERFURAÇÃO OU DE SONDAGEM |  |  |
| 8207.30 (IN SRF 130/99) | -Ferramentas de embutir, de estampar ou de puncionar | 5 | 20% |
| 8210 | APARELHOS MECÂNICOS DE ACIONAMENTO MANUAL, PESANDO ATÉ 10kg, UTILIZADOS PARA PREPARAR, ACONDICIONAR OU SERVIR ALIMENTOS OU BEBIDAS | 10 | 10 % |
| 8214 | MÁQUINAS DE TOSQUIAR | 5 | 20 % |
| Capítulo 83 | OBRAS DIVERSAS DE METAIS COMUNS |  |  |
| 8303 | COFRES-FORTES, PORTAS BLINDADAS E COMPARTIMENTOS PARA CASAS-FORTES, COFRES E CAIXAS DE SEGURANÇA E ARTEFATOS SEMELHANTES, DE METAIS COMUNS | 10 | 10 % |
| 8304 | CLASSIFICADORES, FICHÁRIOS (FICHEIROS\*), CAIXAS DE CLASSIFICAÇÃO, PORTA-CÓPIAS, PORTA-CANETAS, PORTA-CARIMBOS E ARTEFATOS SEMELHANTES, DE ESCRITÓRIO, DE METAIS COMUNS, EXCLUÍDOS OS MÓVEIS DE ESCRITÓRIO DA POSIÇÃO 9403 | 10 | 10 % |
| Capítulo 84 | REATORES NUCLEARES, CALDEIRAS, MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS MECÂNICOS |  |  |
| 8401 | REATORES NUCLEARES; ELEMENTOS COMBUSTÍVEIS (CARTUCHOS) NÃO IRRADIADOS, PARA REATORES NUCLEARES; MÁQUINAS E APARELHOS PARA A SEPARAÇÃO DE ISÓTOPOS | 10 | 10 % |
| 8402 | CALDEIRAS DE VAPOR (GERADORES DE VAPOR), EXCLUÍDAS AS CALDEIRAS PARA AQUECIMENTO CENTRAL CONCEBIDAS PARA PRODUÇÃO DE ÁGUA QUENTE E VAPOR DE BAIXA PRESSÃO; CALDEIRAS DENOMINADAS “DE ÁGUA SUPERAQUECIDA” | 10 | 10 % |
| 8403 | CALDEIRAS PARA AQUECIMENTO CENTRAL, EXCETO AS DA POSIÇÃO 8402 | 10 | 10 % |
| 8404 | APARELHOS AUXILIARES PARA CALDEIRAS DAS POSIÇÕES 8402 OU 8403 (POR EXEMPLO: ECONOMIZADORES, SUPERAQUECEDORES, APARELHOS DE LIMPEZA DE TUBOS OU DE RECUPERACAO DE GÁS); CONDENSADORES PARA MÁQUINAS A VAPOR | 10 | 10 % |
| 8405 | GERADORES DE GÁS DE AR (GÁS POBRE) OU DE GÁS DE ÁGUA, COM OU SEM DEPURADORES; GERADORES DE ACETILENO E GERADORES SEMELHANTES DE GÁS, OPERADOS A ÁGUA, COM OU SEM DEPURADORES | 10 | 10 % |
| 8406 | TURBINAS A VAPOR | 10 | 10 % |
| 8407 | MOTORES DE PISTÃO, ALTERNATIVO OU ROTATIVO, DE IGNIÇÃO POR CENTELHA (FAÍSCA) (MOTORES DE EXPLOSÃO) | 10 | 10 % |
| 8408 | MOTORES DE PISTÃO, DE IGNIÇÃO POR COMPRESSÃO (MOTORES DIESEL OU SEMI-DIESEL) | 10 | 10 % |
| 8410 | TURBINAS HIDRÁULICAS, RODAS HIDRÁULICAS, E SEUS REGULADORES | 10 | 10 % |
| 8411 | TURBORREATORES, TURBOPROPULSORES E OUTRAS TURBINAS A GÁS | 10 | 10 % |
| 8412 | OUTROS MOTORES E MÁQUINAS MOTRIZES | 10 | 10 % |
| 8413 | BOMBAS PARA LÍQUIDOS, MESMO COM DISPOSITIVO MEDIDOR; ELEVADORES DE LÍQUIDOS | 10 | 10 % |
| 8414 | BOMBAS DE AR OU DE VÁCUO, COMPRESSORES DE AR OU DE OUTROS GASES E VENTILADORES; COIFAS ASPIRANTES (EXAUSTORES\*) PARA EXTRAÇÃO OU RECICLAGEM, COM VENTILADOR INCORPORADO, MESMO FILTRANTES | 10 | 10 % |
| 8415 | MÁQUINAS E APARELHOS DE AR-CONDICIONADO CONTENDO UM VENTILADOR MOTORIZADO E DISPOSITIVOS PRÓPRIOS PARA MODIFICAR A TEMPERATURA E A UMIDADE, INCLUÍDOS AS MÁQUINAS E APARELHOS EM QUE A UMIDADE NÃO SEJA REGULÁVEL SEPARADAMENTE | 10 | 10 % |
| 8416 | QUEIMADORES PARA ALIMENTAÇÃO DE FORNALHAS DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS, COMBUSTÍVEIS SÓLIDOS PULVERIZADOS OU DE GÁS; FORNALHAS AUTOMÁTICAS, INCLUÍDAS AS ANTEFORNALHAS, GRELHAS MECÂNICAS, DESCARREGADORES MECÂNICOS DE CINZAS E DISPOSITIVOS SEMELHANTES | 10 | 10 % |
| 8417 | FORNOS INDUSTRIAIS OU DE LABORATÓRIO, INCLUÍDOS OS INCINERADORES, NÃO ELÉTRICOS Ver Nota (1) | 10 | 10 % |
| 8418 | REFRIGERADORES, CONGELADORES (“FREEZERS”) E OUTROS MATERIAIS, MÁQUINAS E APARELHOS PARA A PRODUÇÃO DE FRIO, COM EQUIPAMENTO ELÉTRICO OU OUTRO; BOMBAS DE CALOR, EXCLUÍDAS AS MÁQUINAS E APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DA POSIÇÃO 8415 | 10 | 10 % |
| 8419 | APARELHOS E DISPOSITIVOS, MESMO AQUECIDOS ELETRICAMENTE, PARA TRATAMENTO DE MATÉRIAS POR MEIO DE OPERAÇÕES QUE IMPLIQUEM MUDANÇA DE TEMPERATURA, TAIS COMO AQUECIMENTO, COZIMENTO, TORREFAÇÃO, DESTILAÇÃO, RETIFICAÇÃO, ESTERILIZAÇÃO, PASTEURIZAÇÃO, ESTUFAGEM, SECAGEM, EVAPORAÇÃO, VAPORIZAÇÃO, CONDENSAÇÃO OU ARREFECIMENTO, EXCETO OS DE USO DOMÉSTICO; AQUECEDORES DE ÁGUA NÃO ELÉTRICOS, DE AQUECIMENTO INSTANTÂNEO OU DE ACUMULAÇÃO | 10 | 10 % |
| 8420 | CALANDRAS E LAMINADORES, EXCETO OS DESTINADOS AO TRATAMENTO DE METAIS OU VIDRO, E SEUS CILINDROS | 10 | 10 % |
| 8421 | CENTRIFUGADORES, INCLUÍDOS OS SECADORES CENTRÍFUGOS; APARELHOS PARA FILTRAR OU DEPURAR LÍQUIDOS OU GASES | 10 | 10 % |
| 8422 | MÁQUINAS DE LAVAR LOUÇA; MÁQUINAS E APARELHOS PARA LIMPAR OU SECAR GARRAFAS OU OUTROS RECIPIENTES; MÁQUINAS E APARELHOS PARA ENCHER, FECHAR, ARROLHAR OU ROTULAR GARRAFAS, CAIXAS, LATAS, SACOS OU OUTROS RECIPIENTES; MÁQUINAS PARA CAPSULAR GARRAFAS, VASOS, TUBOS E RECIPIENTES SEMELHANTES; OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS PARA EMPACOTAR OU EMBALAR MERCADORIAS (INCLUÍDAS AS MÁQUINAS E APARELHOS PARA EMBALAR COM PELÍCULA TERMO-RETRÁTIL); MÁQUINAS E APARELHOS PARA GASEIFICAR BEBIDAS | 10 | 10 % |
| 8423 | APARELHOS E INSTRUMENTOS DE PESAGEM, INCLUÍDAS AS BÁSCULAS E BALANÇAS PARA VERIFICAR PEÇAS USINADAS (FABRICADAS\*), EXCLUÍDAS AS BALANÇAS SENSÍVEIS A PESOS NÃO SUPERIORES A 5cg; PESOS PARA QUAISQUER BALANÇAS | 10 | 10 % |
| 8424 | APARELHOS MECÂNICOS (MESMO MANUAIS) PARA PROJETAR, DISPERSAR OU PULVERIZAR LÍQUIDOS OU PÓS; EXTINTORES, MESMO CARREGADOS; PISTOLAS AEROGRÁFICAS E APARELHOS SEMELHANTES; MÁQUINAS E APARELHOS DE JATO DE AREIA, DE JATO DE VAPOR E APARELHOS DE JATO SEMELHANTES | 10 | 10 % |
| 8425 | TALHAS, CADERNAIS E MOITÕES; GUINCHOS E CABRESTANTES; MACACOS | 10 | 10 % |
| 8426 | CÁBREAS; GUINDASTES, INCLUÍDOS OS DE CABO; PONTES ROLANTES, PÓRTICOS DE DESCARGA OU DE MOVIMENTAÇÃO, PONTES-GUINDASTES, CARROS-PÓRTICOS E CARROS-GUINDASTES | 10 | 10 % |
| 8427 | EMPILHADEIRAS; OUTROS VEÍCULOS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CARGA E SEMELHANTES, EQUIPADOS COM DISPOSITIVOS DE ELEVAÇÃO | 10 | 10 % |
| 8428 | OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS DE ELEVAÇÃO, DE CARGA, DE DESCARGA OU DE MOVIMENTAÇÃO (POR EXEMPLO: ELEVADORES OU ASCENSORES, ESCADAS ROLANTES, TRANSPORTADORES, TELEFÉRICOS) | 10 | 10 % |
| 8429 | “BULLDOZERS”, “ANGLEDOZERS”, NIVELADORES, RASPO-TRANSPORTADORES (“SCRAPERS”), PÁS MECÂNICAS, ESCAVADORES, CARREGADORAS E PÁS CARREGADORAS, COMPACTADORES E ROLOS OU CILINDROS COMPRESSORES, AUTOPROPULSORES | 4 | 25 % |
| 8430 | OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS DE TERRAPLENAGEM, NIVELAMENTO, RASPAGEM, ESCAVAÇÃO, COMPACTAÇÃO, EXTRAÇÃO OU PERFURAÇÃO DA TERRA, DE MINERAIS OU MINÉRIOS; BATE-ESTACAS E ARRANCA-ESTACAS; LIMPA-NEVES | 10 | 10 % |
| 8432 | MÁQUINAS E APARELHOS DE USO AGRÍCOLA, HORTÍCOLA OU FLORESTAL, PARA PREPARAÇÃO OU TRABALHO DO SOLO OU PARA CULTURA; ROLOS PARA GRAMADOS (RELVADOS), OU PARA CAMPOS DE ESPORTE | 10 | 10 % |
| 8433 | MÁQUINAS E APARELHOS PARA COLHEITA OU DEBULHA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS, INCLUÍDAS AS ENFARDADORAS DE PALHA OU FORRAGEM; CORTADORES DE GRAMA (RELVA) E CEIFEIRAS; MÁQUINAS PARA LIMPAR OU SELECIONAR OVOS, FRUTAS OU OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS, EXCETO AS DA POSIÇÃO 8437 | 10 | 10 % |
| 8434 | MÁQUINAS DE ORDENHAR E MÁQUINAS E APARELHOS PARA A INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS | 10 | 10 % |
| 8435 | PRENSAS, ESMAGADORES E MÁQUINAS E APARELHOS SEMELHANTES, PARA FABRICAÇÃO DE VINHO, SIDRA, SUCO DE FRUTAS OU BEBIDAS SEMELHANTES | 10 | 10 % |
| 8436 | OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS PARA AGRICULTURA, HORTICULTURA, SILVICULTURA, AVICULTURA OU APICULTURA, INCLUÍDOS OS GERMINADORES EQUIPADOS COM DISPOSITIVOS MECÂNICOS OU TÉRMICOS E AS CHOCADEIRAS E CRIADEIRAS PARA AVICULTURA | 10 | 10 % |
| 8437 | MÁQUINAS PARA LIMPEZA, SELEÇÃO OU PENEIRAÇÃO DE GRÃOS OU DE PRODUTOS HORTÍCOLAS SECOS; MÁQUINAS E APARELHOS PARA A INDÚSTRIA DE MOAGEM OU TRATAMENTO DE CEREAIS OU DE PRODUTOS HORTÍCOLAS SECOS, EXCETO DOS TIPOS UTILIZADOS EM FAZENDAS | 10 | 10 % |
| 8438 | MÁQUINAS E APARELHOS NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DO PRESENTE CAPÍTULO, PARA PREPARAÇÃO OU FABRICAÇÃO INDUSTRIAIS DE ALIMENTOS OU DE BEBIDAS, EXCETO AS MÁQUINAS E APARELHOS PARA EXTRAÇÃO OU PREPARAÇÃO DE ÓLEOS OU GORDURAS VEGETAIS FIXOS OU DE ÓLEOS OU GORDURAS ANIMAIS | 10 | 10 % |
| 8439 | MÁQUINAS E APARELHOS PARA FABRICAÇÃO DE PASTA DE MATÉRIAS FIBROSAS CELULÓSICAS OU PARA FABRICAÇÃO OU ACABAMENTO DE PAPEL OU CARTÃO | 10 | 10 % |
| 8440 | MÁQUINAS E APARELHOS PARA BROCHURA OU ENCADERNAÇÃO, INCLUÍDAS AS MÁQUINAS DE COSTURAR CADERNOS | 10 | 10 % |
| 8441 | OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS PARA O TRABALHO DA PASTA DE PAPEL, DO PAPEL OU CARTÃO, INCLUÍDAS AS CORTADEIRAS DE TODOS OS TIPOS | 10 | 10 % |
| 8442 | MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAL (EXCETO AS MÁQUINAS-FERRAMENTAS DAS POSIÇÕES 8456 A 8465), PARA FUNDIR OU COMPOR CARACTERES TIPOGRÁFICOS OU PARA PREPARAÇÃO OU FABRICAÇÃO DE CLICHÊS, BLOCOS, CILINDROS OU OUTROS ELEMENTOS DE IMPRESSÃO; CARACTERES TIPOGRÁFICOS, CLICHÊS, BLOCOS, CILINDROS OU OUTROS ELEMENTOS DE IMPRESSÃO; PEDRAS LITOGRÁFICAS, BLOCOS, PLACAS E CILINDROS, PREPARADOS PARA IMPRESSÃO (POR EXEMPLO: APLAINADOS, GRANULADOS OU POLIDOS) | 10 | 10 % |
| 8443 | MÁQUINAS E APARELHOS DE IMPRESSÃO, INCLUÍDAS AS MÁQUINAS DE IMPRESSÃO DE JATO DE TINTA, EXCETO AS DA POSIÇÃO 8471; MÁQUINAS AUXILIARES PARA IMPRESSÃO | 10 | 10 % |
| 8444 | MÁQUINAS PARA EXTRUDAR, ESTIRAR, TEXTURIZAR OU CORTAR MATÉRIAS TÊXTEIS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS | 10 | 10 % |
| 8445 | MÁQUINAS PARA PREPARAÇÃO DE MATÉRIAS TÊXTEIS; MÁQUINAS PARA FIAÇÃO, DOBRAGEM OU TORÇÃO, DE MATÉRIAS TÊXTEIS E OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS PARA FABRICAÇÃO DE FIOS TÊXTEIS; MÁQUINAS DE BOBINAR (INCLUÍDAS AS BOBINADEIRAS DE TRAMA) OU DE DOBAR MATÉRIAS TÊXTEIS E MÁQUINAS PARA PREPARAÇÃO DE FIOS TÊXTEIS PARA SUA UTILIZAÇÃO NAS MÁQUINAS DAS POSIÇÕES 8446 OU 8447 | 10 | 10 % |
| 8446 | TEARES PARA TECIDOS | 10 | 10 % |
| 8447 | TEARES PARA FABRICAR MALHAS, MÁQUINAS DE COSTURA POR ENTRELAÇAMENTO (“COUTURE-TRICOTAGE”), MÁQUINAS PARA FABRICAR GUIPURAS, TULES, RENDAS, BORDADOS, PASSAMANARIAS, GALÕES OU REDES; MÁQUINAS PARA INSERIR TUFOS | 10 | 10 % |
| 8448 | MÁQUINAS E APARELHOS AUXILIARES PARA AS MÁQUINAS DAS POSIÇÕES 8444, 8445, 8446 OU 8447 (POR EXEMPLO: RATIERAS, MECANISMOS “JACQUARD”, QUEBRA-URDIDURAS E QUEBRA-TRAMAS, MECANISMOS TROCA-LANÇADEIRAS) | 10 | 10 % |
| 8449 | MÁQUINAS E APARELHOS PARA FABRICAÇÃO OU ACABAMENTO DE FELTRO OU DE FALSOS TECIDOS, EM PEÇA OU EM FORMAS DETERMINADAS, INCLUÍDAS AS MÁQUINAS E APARELHOS PARA FABRICAÇÃO DE CHAPÉUS DE FELTRO; FORMAS PARA CHAPÉUS E PARA ARTEFATOS DE USO SEMELHANTE | 10 | 10 % |
| 8450 | MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, MESMO COM DISPOSITIVOS DE SECAGEM | 10 | 10 % |
| 8451 | MÁQUINAS E APARELHOS (EXCETO AS MÁQUINAS DA POSIÇÃO 8450) PARA LAVAR, LIMPAR, ESPREMER, SECAR, PASSAR, PRENSAR (INCLUÍDAS AS PRENSAS FIXADORAS), BRANQUEAR, TINGIR, PARA APRESTO E ACABAMENTO, PARA REVESTIR OU IMPREGNAR FIOS, TECIDOS OU OBRAS DE MATÉRIAS TÊXTEIS E MÁQUINAS PARA REVESTIR TECIDOS-BASE OU OUTROS SUPORTES UTILIZADOS NA FABRICAÇÃO DE REVESTIMENTOS PARA PAVIMENTOS, TAIS COMO LINÓLEO; MÁQUINAS PARA ENROLAR, DESENROLAR, DOBRAR, CORTAR OU DENTEAR TECIDOS | 10 | 10 % |
| 8452 | MÁQUINAS DE COSTURA, EXCETO AS DE COSTURAR CADERNOS DA POSIÇÃO 8440; MÓVEIS, BASES E TAMPAS, PRÓPRIOS PARA MÁQUINAS DE COSTURA; AGULHAS PARA MÁQUINAS DE COSTURA | 10 | 10 % |
| 8453 | MÁQUINAS E APARELHOS PARA PREPARAR, CURTIR OU TRABALHAR COUROS OU PELES, OU PARA FABRICAR OU CONSERTAR CALÇADOS E OUTRAS OBRAS DE COURO OU DE PELE, EXCETO MÁQUINAS DE COSTURA | 10 | 10 % |
| 8454 | CONVERSORES, CADINHOS OU COLHERES DE FUNDIÇÃO, LINGOTEIRAS E MÁQUINAS DE VAZAR (MOLDAR), PARA METALURGIA, ACIARIA OU FUNDIÇÃO | 10 | 10 % |
| 8455 | LAMINADORES DE METAIS E SEUS CILINDROS | 10 | 10 % |
| 8456 | MÁQUINAS-FERRAMENTAS QUE TRABALHEM POR ELIMINAÇÃO DE QUALQUER MATÉRIA, OPERANDO POR “LASER” OU POR OUTROS FEIXES DE LUZ OU DE FÓTONS, POR ULTRA-SOM, ELETRO-EROSÃO, PROCESSOS ELETROQUÍMICOS, FEIXES DE ELÉTRONS, FEIXES IÔNICOS OU POR JATO DE PLASMA | 10 | 10 % |
| 8457 | CENTROS DE USINAGEM (CENTROS DE MAQUINAGEM\*), MÁQUINAS DE SISTEMA MONOSTÁTICO (“SINGLE STATION”) E MÁQUINAS DE ESTAÇÕES MÚLTIPLAS, PARA TRABALHAR METAIS | 10 | 10 % |
| 8458 | TORNOS (INCLUÍDOS OS CENTROS DE TORNEAMENTO) PARA METAIS. | 10 | 10 % |
| 8459 | MÁQUINAS-FERRAMENTAS (INCLUÍDAS AS UNIDADES COM CABEÇA DESLIZANTE) PARA FURAR, MANDRILAR, FRESAR OU ROSCAR INTERIOR E EXTERIORMENTE METAIS, POR ELIMINAÇÃO DE MATÉRIA, EXCETO OS TORNOS (INCLUÍDOS OS CENTROS DE TORNEAMENTO) DA POSIÇÃO 8458 | 10 | 10 % |
| 8460 | MÁQUINAS-FERRAMENTAS PARA REBARBAR, AFIAR, AMOLAR, RETIFICAR, BRUNIR, POLIR OU REALIZAR OUTRAS OPERAÇÕES DE ACABAMENTO EM METAIS OU CERAMAIS (“CERMETS”) POR MEIO DE MÓS, DE ABRASIVOS OU DE PRODUTOS POLIDORES, EXCETO AS MÁQUINAS DE CORTAR OU ACABAR ENGRENAGENS DA POSIÇÃO 8461 | 10 | 10 % |
| 8461 | MÁQUINAS-FERRAMENTAS PARA APLAINAR, PLAINAS-LIMADORAS, MÁQUINAS-FERRAMENTAS PARA ESCATELAR, BROCHAR, CORTAR OU ACABAR ENGRENAGENS, SERRAR, SECCIONAR E OUTRAS MÁQUINAS-FERRAMENTAS QUE TRABALHEM POR ELIMINAÇÃO DE METAL OU DE CERAMAIS (“CERMETS”), NÃO ESPECIFICADAS NEM COMPREENDIDAS EM OUTRAS POSIÇÕES | 10 | 10 % |
| 8462 | MÁQUINAS-FERRAMENTAS (INCLUÍDAS AS PRENSAS) PARA FORJAR OU ESTAMPAR, MARTELOS, MARTELOS-PILÕES E MARTINETES, PARA TRABALHAR METAIS; MÁQUINAS-FERRAMENTAS (INCLUÍDAS AS PRENSAS) PARA ENROLAR, ARQUEAR, DOBRAR, ENDIREITAR, APLANAR, CISALHAR, PUNCIONAR OU CHANFRAR METAIS; PRENSAS PARA TRABALHAR METAIS OU CARBONETOS METÁLICOS, NÃO ESPECIFICADAS ACIMA | 10 | 10 % |
| 8463 | OUTRAS MÁQUINAS-FERRAMENTAS PARA TRABALHAR METAIS OU CERAMAIS (“CERMETS”), QUE TRABALHEM SEM ELIMINAÇÃO DE MATÉRIA | 10 | 10 % |
| 8464 | MÁQUINAS-FERRAMENTAS PARA TRABALHAR PEDRA, PRODUTOS CERÂMICOS, CONCRETO (BETÃO), FIBROCIMENTO OU MATÉRIAS MINERAIS SEMELHANTES, OU PARA O TRABALHO A FRIO DO VIDRO | 10 | 10 % |
| 8465 | MÁQUINAS-FERRAMENTAS (INCLUÍDAS AS MÁQUINAS PARA PREGAR, GRAMPEAR, COLAR OU REUNIR POR QUALQUER OUTRO MODO) PARA TRABALHAR MADEIRA, CORTIÇA, OSSO, BORRACHA ENDURECIDA, PLÁSTICOS DUROS OU MATÉRIAS DURAS SEMELHANTES | 10 | 10 % |
| 8467 | FERRAMENTAS PNEUMÁTICAS, HIDRÁULICAS OU DE MOTOR, NÃO ELÉTRICO, INCORPORADO, DE USO MANUAL | 10 | 10 % |
| 8468 | MÁQUINAS E APARELHOS PARA SOLDAR, MESMO DE CORTE, EXCETO OS DA POSIÇÃO 8515; MÁQUINAS E APARELHOS A GÁS, PARA TÊMPERA SUPERFICIAL | 10 | 10 % |
| 8469 | MÁQUINAS DE ESCREVER, EXCETO AS IMPRESSORAS DA POSIÇÃO 8471; MÁQUINAS DE TRATAMENTO DE TEXTOS | 10 | 10 % |
| 8470 | MÁQUINAS DE CALCULAR QUE PERMITAM GRAVAR, REPRODUZIR E VISUALIZAR INFORMAÇÕES, COM FUNÇÃO DE CÁLCULO INCORPORADA; MÁQUINAS DE CONTABILIDADE, MÁQUINAS DE FRANQUEAR, DE EMITIR BILHETES E MÁQUINAS SEMELHANTES, COM DISPOSITIVO DE CÁLCULO INCORPORADO; CAIXAS REGISTRADORAS |  |  |
| 8470.21 | -Máquinas eletrônicas de calcular com dispositivo impressor incorporado | 10 | 10 % |
| 8470.29 | -Outras máquinas eletrônicas de calcular, exceto de bolso | 10 | 10 % |
| 8470.30 | -Outras máquinas de calcular | 10 | 10 % |
| 8470.40 | -Máquinas de contabilidade | 10 | 10 % |
| 8470.50 | -Caixas registradoras | 10 | 10 % |
| 8470.90 | Máquinas de franquear correspondência | 10 | 10 % |
| 8471 | MÁQUINAS AUTOMÁTICAS PARA PROCESSAMENTO DE DADOS E SUAS UNIDADES; LEITORES MAGNÉTICOS OU ÓPTICOS, MÁQUINAS PARA REGISTRAR DADOS EM SUPORTE SOB FORMA CODIFICADA, E MÁQUINAS PARA PROCESSAMENTO DESSES DADOS, NÃO ESPECIFICADAS NEM COMPREENDIDAS EM OUTRAS POSIÇÕES | 5 | 20 % |
| 8472 | OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS DE ESCRITÓRIO [POR EXEMPLO: DUPLICADORES HECTOGRÁFICOS OU A ESTÊNCIL, MÁQUINAS PARA IMPRIMIR ENDEREÇOS, DISTRIBUIDORES AUTOMÁTICOS DE PAPEL-MOEDA, MÁQUINAS PARA SELECIONAR, CONTAR OU EMPACOTAR MOEDAS, APONTADORES (AFIADORES) MECÂNICOS DE LÁPIS, PERFURADORES OU GRAMPEADORES] | 10 | 10 % |
| 8474 | MÁQUINAS E APARELHOS PARA SELECIONAR, PENEIRAR, SEPARAR, LAVAR, ESMAGAR, MOER, MISTURAR OU AMASSAR TERRAS, PEDRAS, MINÉRIOS OU OUTRAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS SÓLIDAS (INCLUÍDOS OS PÓS E PASTAS); MÁQUINAS PARA AGLOMERAR OU MOLDAR COMBUSTÍVEIS MINERAIS SÓLIDOS, PASTAS CERÂMICAS, CIMENTO, GESSO OU OUTRAS MATÉRIAS MINERAIS EM PÓ OU EM PASTA; MÁQUINAS PARA FAZER MOLDES DE AREIA PARA FUNDIÇÃO | 5 | 20 % |
| 8475 | MÁQUINAS PARA MONTAGEM DE LÂMPADAS, TUBOS OU VÁLVULAS, ELÉTRICOS OU ELETRÔNICOS, OU DE LÂMPADAS DE LUZ RELÂMPAGO (“FLASH”), QUE TENHAM INVÓLUCRO DE VIDRO; MÁQUINAS PARA FABRICAÇÃO OU TRABALHO A QUENTE DO VIDRO OU DAS SUAS OBRAS | 10 | 10 % |
| 8476 | MÁQUINAS AUTOMÁTICAS DE VENDA DE PRODUTOS (POR EXEMPLO: SELOS, CIGARROS, ALIMENTOS OU BEBIDAS), INCLUÍDAS AS MÁQUINAS DE TROCARDINHEIRO | 10 | 10 % |
| 8477 | MÁQUINAS E APARELHOS PARA TRABALHAR BORRACHA OU PLÁSTICOS OU PARA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DESSAS MATÉRIAS, NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DESTE CAPÍTULO | 10 | 10 % |
| 8478 | MÁQUINAS E APARELHOS PARA PREPARAR OU TRANSFORMAR FUMO (TABACO), NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DESTE CAPÍTULO | 10 | 10 % |
| 8479 | MÁQUINAS E APARELHOS MECÂNICOS COM FUNÇÃO PRÓPRIA, NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DESTE CAPÍTULO |  |  |
| 8479.10 | -Máquinas e aparelhos para obras públicas, construção civil ou trabalhos semelhantes | 4 | 25 % |
| 8479.20 | -Máquinas e aparelhos para extração ou preparação de óleos ou gorduras vegetais fixos ou de óleos ou gorduras animais | 10 | 10 % |
| 8479.30 | -Prensas para fabricação de painéis de partículas, de fibras de madeira ou de outras matérias lenhosas, e outras máquinas e aparelhos para tratamento de madeira ou de cortiça | 10 | 10 % |
| 8479.40 | -Máquinas para fabricação de cordas ou cabos | 10 | 10 % |
| 8479.50 | -Robôs industriais, não especificados nem compreendidos em outras posições | 10 | 10 % |
| 8479.60 | -Aparelhos de evaporação para arrefecimento do ar | 10 | 10 % |
| 8479.8 | -Outras máquinas e aparelhos |  |  |
| 8479.81 | –Para tratamento de metais, incluídas as bobinadoras para enrolamentos elétricos | 10 | 10 % |
| 8479.82 | –Para misturar, amassar, esmagar, moer, separar, peneirar, homogeneizar, emulsionar ou agitar | 10 | 10 % |
| 8483 (IN SRF 130/99) | ÁRVORES (VEIOS) DE TRANSMISSÃO [INCLUÍDAS AS ÁRVORES DE EXCÊNTRICOS (CAMES) E VIRABREQUINS (CAMBOTAS)] E MANIVELAS; MANCAIS (CHUMACEIRAS) E “BRONZES”; ENGRENAGENS E RODAS DE FRICÇÃO; EIXOS DE ESFERAS OU DE ROLETES; REDUTORES, MULTIPLICADORES, CAIXAS DE TRANSMISSÃO E VARIADORES DE VELOCIDADE, INCLUÍDOS OS CONVERSORES DE TORQUE (BINÁRIOS); VOLANTES E POLIAS, INCLUÍDAS AS POLIAS PARA CADERNAIS; EMBREAGENS E DISPOSITIVOS DE ACOPLAMENTO, INCLUÍDAS AS JUNTAS DE ARTICULAÇÃO |  |  |
| 8483.40 (IN SRF 130/99) | Caixas de transmissão, redutores, multiplicadores e variadores de velocidade, incluídos os conversores de torque (binários) | 10 | 10% |
| 8479.89 | –Outros | 10 | 10 % |
| 8480 | CAIXAS DE FUNDIÇÃO; PLACAS DE FUNDO PARA MOLDES; MODELOS PARA MOLDES; MOLDES PARA METAIS (EXCETO LINGOTEIRAS), CARBONETOS METÁLICOS, VIDRO, MATÉRIAS MINERAIS, BORRACHA OU PLÁSTICOS | 3 | 33,3 % |
| Capítulo 85 | MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS, APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE SOM, APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS E DE SOM EM TELEVISÃO |  |  |
| 8501 | MOTORES E GERADORES, ELÉTRICOS, EXCETO OS GRUPOS ELETROGÊNEOS | 10 | 10 % |
| 8502 | GRUPOS ELETROGÊNEOS E CONVERSORES ROTATIVOS, ELÉTRICOS | 10 | 10 % |
| 8504 | TRANSFORMADORES ELÉTRICOS, CONVERSORES ELÉTRICOS ESTÁTICOS (RETIFICADORES, POR EXEMPLO), BOBINAS DE REATÂNCIA E DE AUTO-INDUÇÃO | 10 | 10 % |
| 8508 | FERRAMENTAS ELETROMECÂNICAS DE MOTOR ELÉTRICO INCORPORADO, DE USO MANUAL | 5 | 20 % |
| 8510 | APARELHOS OU MÁQUINAS DE TOSQUIAR DE MOTOR ELÉTRICO INCORPORADO | 5 | 20 % |
| 8514 | FORNOS ELÉTRICOS INDUSTRIAIS OU DE LABORATÓRIO, INCLUÍDOS OS QUE FUNCIONAM POR INDUÇÃO OU POR PERDAS DIELÉTRICAS; OUTROS APARELHOS INDUSTRIAIS OU DE LABORATÓRIO PARA TRATAMENTO TÉRMICO DE MATÉRIAS POR INDUÇÃO OU POR PERDAS DIELÉTRICAS | 10 | 10 % |
| 8515 | MÁQUINAS E APARELHOS PARA SOLDAR (MESMO DE CORTE) ELÉTRICOS (INCLUÍDOS OS A GÁS AQUECIDO ELETRICAMENTE), A “LASER” OU OUTROS FEIXES DE LUZ OU DE FÓTONS, A ULTRA-SOM, A FEIXES DE ELÉTRONS, A IMPULSOS MAGNÉTICOS OU A JATO DE PLASMA; MÁQUINAS E APARELHOS ELÉTRICOS PARA PROJEÇÃO A QUENTE DE METAIS OU DE CERAMAIS (“CERMETS”) | 10 | 10 % |
| 8516 | APARELHOS ELÉTRICOS PARA AQUECIMENTO DE AMBIENTES, DO SOLO OU PARA USOS SEMELHANTES | 10 | 10 % |
| 8517 | APARELHOS ELÉTRICOS PARA TELEFONIA OU TELEGRAFIA, POR FIO, INCLUÍDOS OS APARELHOS TELEFÔNICOS POR FIO CONJUGADO COM UM APARELHO TELEFÔNICO PORTÁTIL SEM FIO E OS APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÃO POR CORRENTE PORTADORA OU DE TELECOMUNICAÇÃO DIGITAL; VIDEOFONES | 5 | 20 % |
| 8520 | GRAVADORES DE DADOS DE VÔO | 5 | 20 % |
| 8521 | APARELHOS VIDEOFÔNICOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO, MESMO INCORPORANDO UM RECEPTOR DE SINAIS VIDEOFÔNICOS |  |  |
| 8521.10 | Gravador-reprodutor de fita magnética, sem sintonizador | 5 | 20 % |
| 8521.90 | Gravador-reprodutor e editor de imagem e som, em discos, por meio magnético, óptico ou opto-magnético | 5 | 20 % |
| 8524 | DISCOS, FITAS E OUTROS SUPORTES GRAVADOS, COM EXCLUSÃO DOS PRODUTOS DO CAPÍTULO 37 |  |  |
| 8524.3 | -Discos para sistemas de leitura por raio “laser”: | 3 | 33,3 % |
| 8524.40 | -Fitas magnéticas para reprodução de fenômenos diferentes do som e da imagem | 3 | 33,3 % |
| 8524.5 | -Outras fitas magnéticas | 3 | 33,3 % |
| 8524.60 | -Cartões magnéticos | 3 | 33,3 % |
| 8525 | APARELHOS TRANSMISSORES (EMISSORES) PARA RADIOTELEFONIA, RADIOTELEGRAFIA, RADIODIFUSÃO OU TELEVISÃO, MESMO INCORPORANDO UM APARELHO DE RECEPÇÃO OU UM APARELHO DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE SOM; CÂMERAS DE TELEVISÃO; CÂMERAS DE VÍDEO DE IMAGENS FIXAS E OUTRAS CÂMERAS (“CAMCORDERS”) | 5 | 20 % |
| 8526 | APARELHOS DE RADIODETECÇÃO E DE RADIOSSONDAGEM (RADAR), APARELHOS DE RADIONAVEGAÇÃO E APARELHOS DE RADIOTELECOMANDO | 5 | 20 % |
| 8527 | APARELHOS RECEPTORES PARA RADIOTELEFONIA, RADIOTELEGRAFIA OU RADIODIFUSÃO, EXCETO DE USO DOMÉSTICO | 5 | 20 % |
| 8531 (IN SRF 130/99) | APARELHOS ELÉTRICOS DE SINALIZAÇÃO ACÚSTICA OU VISUAL (POR EXEMPLO: CAMPAINHAS, SIRENAS, QUADROS INDICADORES, APARELHOS DE ALARME PARA PROTEÇÃO CONTRA ROUBO OU INCÊNDIO), EXCETO OS DAS POSIÇÕES 8512 OU 8530 |  |  |
| 8531.20 (IN SRF 130/99) | Painéis indicadores com dispositivos de cristais líquidos (LCD) ou de diodos emissores de luz (LED), próprios para anúncios publicitários | 5 | 20% |
| 8543 | MÁQUINAS E APARELHOS ELÉTRICOS COM FUNÇÃO PRÓPRIA, NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DO PRESENTE CAPÍTULO | 10 | 10 % |
| Capítulo 86 | VEÍCULOS E MATERIAL PARA VIAS FÉRREAS OU SEMELHANTES, APARELHOS MECÂNICOS (INCLUÍDOS OS ELETROMECÂNICOS) DE SINALIZAÇÃO PARA VIAS DE COMUNICAÇÃO |  |  |
| 8601 | LOCOMOTIVAS E LOCOTRATORES, DE FONTE EXTERNA DE ELETRICIDADE OU DE ACUMULADORES ELÉTRICOS | 10 | 10 % |
| 8602 | OUTRAS LOCOMOTIVAS E LOCOTRATORES; TÊNDERES | 10 | 10 % |
| 8603 | LITORINAS (AUTOMOTORAS), MESMO PARA CIRCULAÇÃO URBANA, EXCETO AS DA POSIÇÃO 8604 | 10 | 10 % |
| 8604 | VEÍCULOS PARA INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS FÉRREAS OU SEMELHANTES, MESMO AUTOPROPULSORES (POR EXEMPLO: VAGÕES-OFICINAS, VAGÕES-GUINDASTES, VAGÕES EQUIPADOS COM BATEDORES DE BALASTRO, ALINHADORES DE VIAS, VIATURAS PARA TESTES E DRESINAS) | 10 | 10 % |
| 8605 | VAGÕES DE PASSAGEIROS, FURGÕES PARA BAGAGEM, VAGÕES-POSTAIS E OUTROS VAGÕES ESPECIAIS, PARA VIAS FÉRREAS OU SEMELHANTES (EXCLUÍDAS AS VIATURAS DA POSIÇÃO 8604) | 10 | 10 % |
| 8606 | VAGÕES PARA TRANSPORTE DE MERCADORIAS SOBRE VIAS FÉRREAS | 10 | 10 % |
| 8608 | Aparelhos mecânicos (incluídos os eletromecânicos) de sinalização, de segurança, de controle ou de comando para vias férreas ou semelhantes, rodoviárias ou fluviais, para áreas ou parques de estacionamento, instalações portuárias ou para aeródromos | 10 | 10 % |
| 8609 | CONTEINERES (CONTENTORES), INCLUÍDOS OS DE TRANSPORTE DE FLUIDOS, ESPECIALMENTE CONCEBIDOS E EQUIPADOS PARA UM OU VÁRIOS MEIOS DE TRANSPORTE | 10 | 10 % |
| Capítulo 87 | VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, TRATORES, CICLOS E OUTROS VEÍCULOS TERRESTRES |  |  |
| 8701 | TRATORES (EXCETO OS CARROS-TRATORES DA POSIÇÃO 8709) | 4 | 25 % |
| 8702 | VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PARA TRANSPORTE DE 10 PESSOAS OU MAIS, INCLUINDO O MOTORISTA | 4 | 25 % |
| 8703 | AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E OUTROS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PRINCIPALMENTE CONCEBIDOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAS (EXCETO OS DA POSIÇÃO 8702), INCLUÍDOS OS VEÍCULOS DE USO MISTO (“STATION WAGONS”) E OS AUTOMÓVEIS DE CORRIDA | 5 | 20 % |
| 8704 | VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PARA TRANSPORTE DE MERCADORIAS | 4 | 25 % |
| 8705 | VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PARA USOS ESPECIAIS (POR EXEMPLO: AUTO-SOCORROS, CAMINHÕES-GUINDASTES, VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS, CAMINHÕES-BETONEIRAS, VEÍCULOS PARA VARRER, VEÍCULOS PARA ESPALHAR, VEÍCULOS-OFICINAS, VEÍCULOS RADIOLÓGICOS), EXCETO OS CONCEBIDOS PRINCIPALMENTE PARA TRANSPORTE DE PESSOAS OU DE MERCADORIAS | 4 | 25 % |
| 8709 | VEÍCULOS AUTOMÓVEIS SEM DISPOSITIVO DE ELEVAÇÃO, DOS TIPOS UTILIZADOS EM FÁBRICAS, ARMAZÉNS, PORTOS OUAEROPORTOS, PARA TRANSPORTE DE MERCADORIAS A CURTAS DISTÂNCIAS; CARROS-TRATORES DOS TIPOS UTILIZADOS NAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS | 10 | 10 % |
| 8711 | MOTOCICLETAS (INCLUÍDOS OS CICLOMOTORES) E OUTROS CICLOS EQUIPADOS COM MOTOR AUXILIAR, MESMO COM CARRO LATERAL; CARROS LATERAIS | 4 | 25 % |
| 8716 | REBOQUES E SEMI-REBOQUES, PARA QUAISQUER VEÍCULOS; OUTROS VEÍCULOS NÃO AUTOPROPULSORES | 5 | 20 % |
| Capítulo 88 | AERONAVES E APARELHOS ESPACIAIS |  |  |
| 8801 | BALÕES E DIRIGÍVEIS; PLANADORES, ASAS VOADORAS E OUTROS VEÍCULOS AÉREOS, NÃO CONCEBIDOS PARA PROPULSÃO COM MOTOR | 10 | 10 % |
| 8802 | OUTROS VEÍCULOS AÉREOS (POR EXEMPLO: HELICÓPTEROS, AVIÕES); VEÍCULOS ESPACIAIS (INCLUÍDOS OS SATÉLITES) E SEUS VEÍCULOS DE LANÇAMENTO, E VEÍCULOS SUBORBITAIS | 10 | 10 % |
| 8804 | PÁRA-QUEDAS (INCLUÍDOS OS PÁRA-QUEDAS DIRIGÍVEIS E OS PARAPENTES) E OS PÁRA-QUEDAS GIRATÓRIOS | 10 | 10 % |
| 8805 | APARELHOS E DISPOSITIVOS PARA LANÇAMENTO DE VEÍCULOS AÉREOS; APARELHOS E DISPOSITIVOS PARA ATERRISSAGEM DE VEÍCULOS AÉREOS EM PORTA-AVIÕES E APARELHOS E DISPOSITIVOS SEMELHANTES; APARELHOS SIMULADORES DE VÔO EM TERRA | 10 | 10 % |
| Capítulo 89 | EMBARCAÇÕES E ESTRUTURAS FLUTUANTES |  |  |
| 8901 | TRANSATLÂNTICOS, BARCOS DE CRUZEIRO, “FERRY-BOATS”, CARGUEIROS, CHATAS E EMBARCAÇÕES SEMELHANTES, PARA O TRANSPORTE DE PESSOAS OU DE MERCADORIAS | 20 | 5 % |
| 8902 | BARCOS DE PESCA; NAVIOS-FÁBRICAS E OUTRAS EMBARCAÇÕES PARA O TRATAMENTO OU CONSERVAÇÃO DE PRODUTOS DA PESCA | 20 | 5 % |
| 8903 | IATES E OUTROS BARCOS E EMBARCAÇÕES DE RECREIO OU DE ESPORTE; BARCOS A REMOS E CANOAS |  |  |
| 8903.10 | -Barcos infláveis | 5 | 20 % |
| 8903.9 | -Outros | 10 | 10 % |
| 8904 | REBOCADORES E BARCOS CONCEBIDOS PARA EMPURRAR OUTRAS EMBARCAÇÕES | 20 | 5 % |
| 8905 | BARCOS-FARÓIS, BARCOS-BOMBAS, DRAGAS, GUINDASTES FLUTUANTES E OUTRAS EMBARCAÇÕES EM QUE A NAVEGAÇÃO É ACESSÓRIA DA FUNÇÃO PRINCIPAL; DOCAS OU DIQUES FLUTUANTES; PLATAFORMAS DE PERFURAÇÃO OU DE EXPLORAÇÃO, FLUTUANTES OU SUBMERSÍVEIS | 20 | 5 % |
| 8906 | OUTRAS EMBARCAÇÕES, INCLUÍDOS OS NAVIOS DE GUERRA E OS BARCOS SALVA-VIDAS, EXCETO OS BARCOS A REMO | 20 | 5 % |
| 8907 | OUTRAS ESTRUTURAS FLUTUANTES (POR EXEMPLO: BALSAS, RESERVATÓRIOS, CAIXÕES, BÓIAS DE AMARRAÇÃO, BÓIAS DE SINALIZAÇÃO E SEMELHANTES) |  |  |
| 8907.10 | -Balsas infláveis | 5 | 20 % |
| 8907.90 | -Outras | 20 | 5 % |
| Capítulo 90 | INSTRUMENTOS E APARELHOS DE ÓPTICA, FOTOGRAFIA OU CINEMATOGRAFIA, MEDIDA, CONTROLE OU DE PRECISÃO; INSTRUMENTOS E APARELHOS MÉDICO-CIRÚRGICOS |  |  |
| 9005 | BINÓCULOS, LUNETAS, INCLUÍDAS AS ASTRONÔMICAS, TELESCÓPIOS ÓPTICOS, E SUAS ARMAÇÕES; OUTROS INSTRUMENTOS DE ASTRONOMIA E SUAS ARMAÇÕES, EXCETO OS APARELHOS DE RADIOASTRONOMIA | 10 | 10 % |
| 9006 | APARELHOS FOTOGRÁFICOS; APARELHOS E DISPOSITIVOS, EXCLUÍDAS AS LÂMPADAS E TUBOS, DE LUZ-RELÂMPAGO (“FLASH”), PARA FOTOGRAFIA | 10 | 10 % |
| 9007 | CÂMERAS E PROJETORES, CINEMATOGRÁFICOS, MESMO COM APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE SOM INCORPORADOS | 10 | 10 % |
| 9008 | APARELHOS DE PROJEÇÃO FIXA; APARELHOS FOTOGRÁFICOS, DE AMPLIAÇÃO OU DE REDUÇÃO | 10 | 10 % |
| 9009 | APARELHOS DE FOTOCÓPIA, POR SISTEMA ÓPTICO OU POR CONTATO, E APARELHOS DE TERMOCÓPIA | 10 | 10 % |
| 9010 | APARELHOS DOS TIPOS USADOS NOS LABORATÓRIOS FOTOGRÁFICOS OU CINEMATOGRÁFICOS (INCLUÍDOS OS APARELHOS PARA PROJEÇÃO OU EXECUÇÃO DE TRAÇADOS DE CIRCUITOS SOBRE SUPERFÍCIES SENSIBILIZADAS DE MATERIAIS SEMICONDUTORES); NEGATOSCÓPIOS; TELAS PARA PROJEÇÃO | 10 | 10 % |
| 9011 | MICROSCÓPIOS ÓPTICOS, INCLUÍDOS OS MICROSCÓPIOS PARA FOTOMICROGRAFIA, CINEFOTOMICROGRAFIA OU MICROPROJEÇÃO | 10 | 10 % |
| 9012 | MICROSCÓPIOS (EXCETO ÓPTICOS) E DIFRATÓGRAFOS | 10 | 10 % |
| 9014 (IN SRF 130/99) | BÚSSOLAS, INCLUÍDAS AS AGULHAS DE MAREAR, OUTROS INSTRUMENTOS E APARELHOS DE NAVEGAÇÃO | 10 | 10% |
| 9015 | INSTRUMENTOS E APARELHOS DE GEODÉSIA, TOPOGRAFIA, AGRIMENSURA, NIVELAMENTO, FOTOGRAMETRIA, HIDROGRAFIA, OCEANOGRAFIA, HIDROLOGIA, METEOROLOGIA OU DE GEOFÍSICA, EXCETO BÚSSOLAS; TELÊMETROS | 10 | 10 % |
| 9016 | BALANÇAS SENSÍVEIS A PESOS IGUAIS OU INFERIORES A 5cg, COM OU SEM PESOS | 10 | 10 % |
| 9017 | INSTRUMENTOS DE DESENHO, DE TRAÇADO OU DE CÁLCULO (POR EXEMPLO: MÁQUINAS DE DESENHAR, PANTÓGRAFOS, TRANSFERIDORES, ESTOJOS DE DESENHO, RÉGUAS DE CÁLCULO E DISCOS DE CÁLCULO); INSTRUMENTOS DE MEDIDA DE DISTÂNCIAS DE USO MANUAL (POR EXEMPLO: METROS, MICRÔMETROS, PAQUÍMETROS E CALIBRES), NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DO PRESENTE CAPÍTULO | 10 | 10 % |
| 9018 | INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA MEDICINA, CIRURGIA, ODONTOLOGIA E VETERINÁRIA, INCLUÍDOS OS APARELHOS PARA CINTILOGRAFIA E OUTROS APARELHOS ELETROMÉDICOS, BEM COMO OS APARELHOS PARA TESTES VISUAIS |  |  |
| 9018.1 | -Aparelhos de eletrodiagnóstico (incluídos os aparelhos de exploração funcional e os de verificação de parâmetros fisiológicos) | 10 | 10 % |
| 9018.20 | -Aparelhos de raios ultravioleta ou infravermelhos | 10 | 10 % |
| 9018.4 | -Outros instrumentos e aparelhos para odontologia |  |  |
| 9018.41 | –Aparelhos dentários de brocar, mesmo combinados numa base comum com outros equipamentos dentários | 10 | 10 % |
| 9018.49 | –Outros instrumentos e aparelhos para odontologia | 10 | 10 % |
| 9018.50 | -Outros instrumentos e aparelhos para oftalmologia | 10 | 10 % |
| 9018.90 | -Outros instrumentos e aparelhos | 10 | 10 % |
| 9019 | APARELHOS DE MECANOTERAPIA; APARELHOS DE MASSAGEM; APARELHOS DE PSICOTÉCNICA; APARELHOS DE OZONOTERAPIA, DE OXIGENOTERAPIA, DE AEROSSOLTERAPIA, APARELHOS RESPIRATÓRIOS DE REANIMAÇÃO E OUTROS APARELHOS DE TERAPIA RESPIRATÓRIA | 10 | 10 % |
| 9020 | OUTROS APARELHOS REPIRATÓRIOS E MÁSCARAS CONTRA GASES, EXCETO AS MÁSCARAS DE PROTEÇÃO DESPROVIDAS DE MECANISMO E DE ELEMENTO FILTRANTE AMOVÍVEL | 10 | 10 % |
| 9022 | APARELHOS DE RAIOS X E APARELHOS QUE UTILIZEM RADIAÇÕES ALFA, BETA OU GAMA, MESMO PARA USOS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, ODONTOLÓGICOS OU VETERINÁRIOS, INCLUÍDOS OS APARELHOS DE RADIOFOTOGRAFIA OU DE RADIOTERAPIA, OS TUBOS DE RAIOS X E OUTROS DISPOSITIVOS GERADORES DE RAIOS X, OS GERADORES DE TENSÃO, AS MESAS DE COMANDO, AS TELAS DE VISUALIZAÇÃO, AS MESAS, POLTRONAS E SUPORTES SEMELHANTES PARA EXAME OU TRATAMENTO | 10 | 10 % |
| 9024 | MÁQUINAS E APARELHOS PARA ENSAIOS DE DUREZA, TRAÇÃO, COMPRESSÃO, ELASTICIDADE OU DE OUTRAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DE MATERIAIS (POR EXEMPLO: METAIS, MADEIRA, TÊXTEIS, PAPEL, PLÁSTICOS) | 10 | 10 % |
| 9025 | DENSÍMETROS, AREÔMETROS, PESA-LÍQUIDOS E INSTRUMENTOS FLUTUANTES SEMELHANTES, TERMÔMETROS, PIRÔMETROS, BARÔMETROS, HIGRÔMETROS E PSICRÔMETROS, REGISTRADORES OU NÃO, MESMO COMBINADOS ENTRE SI | 10 | 10 % |
| 9026 | INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA MEDIDA OU CONTROLE DA VAZÃO (CAUDAL), DO NÍVEL, DA PRESSÃO OU DE OUTRAS CARACTERÍSTICAS VARIÁVEIS DOS LÍQUIDOS OU GASES [POR EXEMPLO: MEDIDORES DE VAZÃO (CAUDAL), INDICADORES DE NÍVEL, MANÔMETROS, CONTADORES DE CALOR], EXCETO OS INSTRUMENTOS E APARELHOS DAS POSIÇÕES 9014, 9015, 9028 OU 9032 | 10 | 10 % |
| 9027 | INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA ANÁLISES FÍSICAS OU QUÍMICAS [POR EXEMPLO: POLARÍMETROS, REFRATÔMETROS, ESPECTRÔMETROS, ANALISADORES DE GASES OU DE FUMAÇA]; INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA ENSAIOS DE VISCOSIDADE, POROSIDADE, DILATAÇÃO, TENSÃO SUPERFICIAL OU SEMELHANTES OU PARA MEDIDAS CALORIMÉTRICAS, ACÚSTICAS OU FOTOMÉTRICAS (INCLUÍDOS OS INDICADORES DE TEMPO DE EXPOSIÇÃO); MICRÓTOMOS | 10 | 10 % |
| 9028 | CONTADORES DE GASES, LÍQUIDOS OU DE ELETRICIDADE, INCLUÍDOS OS APARELHOS PARA SUA AFERIÇÃO | 10 | 10 % |
| 9029 | OUTROS CONTADORES (POR EXEMPLO: CONTADORES DE VOLTAS, CONTADORES DE PRODUÇÃO, TAXÍMETROS, TOTALIZADORES DE CAMINHO PERCORRIDO, PODÔMETROS); INDICADORES DE VELOCIDADE E TACÔMETROS, EXCETO OS DAS POSIÇÕES 9014 OU 9015; ESTROBOSCÓPIOS | 10 | 10 % |
| 9030 | OSCILOSCÓPIOS, ANALISADORES DE ESPECTRO E OUTROS INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA MEDIDA OU CONTROLE DE GRANDEZAS ELÉTRICAS; INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA MEDIDA OU DETECÇÃO DE RADIAÇÕES ALFA, BETA, GAMA, X, CÓSMICAS OU OUTRAS RADIAÇÕES IONIZANTES | 10 | 10 % |
| 9031 | INSTRUMENTOS, APARELHOS E MÁQUINAS DE MEDIDA OU CONTROLE, NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DO PRESENTE CAPÍTULO; PROJETORES DE PERFIS | 10 | 10 % |
| 9032 | INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA REGULAÇÃO OU CONTROLE, AUTOMÁTICOS | 10 | 10 % |
| Capítulo 94 | MÓVEIS; MOBILIÁRIO MÉDICO-CIRÚRGICO; CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS |  |  |
| 9402 | MOBILIÁRIO PARA MEDICINA, CIRURGIA, ODONTOLOGIA OU VETERINÁRIA (POR EXEMPLO: MESAS DE OPERAÇÃO, MESAS DE EXAMES, CAMAS DOTADAS DE MECANISMOS PARA USOS CLÍNICOS, CADEIRAS DE DENTISTA); CADEIRAS PARA SALÕES DE CABELEIREIRO E CADEIRAS SEMELHANTES, COM DISPOSITIVOS DE ORIENTAÇÃO E DE ELEVAÇÃO | 10 | 10 % |
| 9403 | OUTROS MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO | 10 | 10 % |
| 9406 | CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS | 25 | 4 % |
| Capítulo 95 | ARTIGOS PARA DIVERTIMENTO OU PARA ESPORTE |  |  |
| 9506 | ARTIGOS E EQUIPAMENTOS PARA CULTURA FÍSICA E GINÁSTICA; PISCINAS | 10 | 10 % |
| 9508 | CARROSSÉIS, BALANÇOS, INSTALAÇÕES DE TIRO-AO-ALVO E OUTRAS DIVERSÕES DE PARQUES E FEIRAS; CIRCOS, COLEÇÕES DE ANIMAIS E TEATROS AMBULANTES | 10 | 10 % |

**ANEXO II**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Bens** | **Prazo da vida útil (anos)** | **Taxa anual de depreciação** |
| Instalações | 10 | 10% |
| Edificações | 25 | 4% |